



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**

VANESSA ALBERTON

**O desenvolvimento local a partir da inserção da atividade turística em
Unidades de Conservação: estudo de caso da RPPN Ninho do Corvo,
Prudentópolis - PR.**

Dissertação de Mestrado

IRATI - PR

2016

VANESSA ALBERTON

O desenvolvimento local a partir da inserção da atividade turística em Unidades de Conservação: estudo de caso da RPPN Ninho do Corvo, Prudentópolis - PR.

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre, no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário. Inserido na linha de pesquisa: Processos do Desenvolvimento Humano nos Contextos Comunitários.

Orientador: Prof. Dr. Luis Paulo G. Mascarenhas

Co-orientador: Prof. Dr. Ronaldo Ferreira Maganhotto

Irati - PR

2016

Catálogo na Fonte
Biblioteca da UNICENTRO

ALBERTON, Vanessa.

A334d O desenvolvimento local a partir da inserção da atividade turística em Unidades de Conservação: estudo de caso da RPPN Ninho do Corvo, Prudentópolis – PR / Vanessa Alberton. – Irati, PR : [s.n.], 2016.
111 f.

Orientador: Prof. Dr. Luis Paulo G. Mascarenhas

Coorientador: Prof. Dr. Ronaldo Ferreira Maganhotto

Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário. Linha de Pesquisa: Processos do Desenvolvimento Humano nos Contextos Comunitários. Universidade Estadual do Centro-Oeste, PR.

1. Turismo – dissertação. 2. Aventura – atividade. 3. Empreendimento turístico. 4. Ecoturismo. I. Mascarenhas, Luis Paulo G. II. Maganhotto, Ronaldo Ferreira. III. UNICENTRO. IV. Título.

CDD 338.4791

TERMO DE APROVAÇÃO

VANESSA ALBERTON

O DESENVOLVIMENTO LOCAL A PARTIR DA INSERÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ESTUDO DE CASO DA RPPN NINHO DO CORVO, PRUDENTÓPOLIS - PR.

Dissertação aprovada em 31 de agosto de 2016 como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre no curso de Pós-graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, área de concentração em Desenvolvimento Comunitário, da Universidade Estadual do Centro Oeste, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Luiz Paulo Gomes Mascarenhas
Instituição: UNICENTRO

Prof.^a Dr. Jasmine Cardozo Moreira
Instituição: UEPG

Prof. Dr. Ronaldo Ferreira Maganhotto
Instituição: UNICENTRO

**IRATI - PR
2016**

RESUMO

Entre as várias formas de desenvolver uma comunidade, a atividade de turismo figura como ferramentas que podem auxiliar no desenvolvimento do entorno. Uma das possibilidades de aliar turismo e desenvolvimento local se dá por meio da realização de atividades turísticas em unidades de conservação, seja através do ecoturismo, do turismo de aventura ou outras maneiras. O presente estudo foi desenvolvido junto à Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Ninho do Corvo, no município de Prudentópolis, estado do Paraná e teve como objetivo caracterizar o empreendimento turístico RPPN Ninho do Corvo e suas ações para o desenvolvimento local. Por meio de pesquisa quali-quantitativa e com aplicação de entrevistas, foram abordadas 24 pessoas ligadas direta ou indiretamente com o empreendimento. Destaca-se que, após ser adquirida em 2002, a RPPN passou por um processo de reestruturação ambiental, visto que até então era utilizada para plantio de grãos. Atualmente desenvolve atividades de turismo de aventura, com foco no ecoturismo e educação ambiental. Embora em pequenas proporções, a demanda de atividades de turismo existentes no empreendimento estudado auxilia no desenvolvimento econômico do entorno, através da geração de empregos e renda. A RPPN contribui com o desenvolvimento social, pois possibilita a realização de cursos de capacitação, momentos de interação dos funcionários com os turistas e destes com a natureza, aprendizagem de novos conhecimentos e atitudes sustentáveis por parte dos funcionários. Contribui com o desenvolvimento ambiental, em menores dimensões, pois a área de preservação é pequena e a degradação que ocorre no entorno acaba neutralizando os benefícios gerados pela RPPN.

Palavras-chave: Unidades de Conservação; Desenvolvimento Local; Atividades de Aventura.

ABSTRACT

Among the various ways to develop community, tourism activities appear as tools that help in the local development. One of the possibilities of combining tourism and local development is through conducting tourism activities in protected areas, either through ecotourism, adventure tourism or other ways. This study was developed in the Private Natural Heritage Reserve (PNHR) Crow's Nest in the city of Prudentópolis, Parana State, and aimed to characterize the tourist resort PNHR Crow's Nest and actions for local development. Through qualitative and quantitative research and application interviews were addressed 24 persons directly or indirectly connected with the project. It is noteworthy that, after being acquired in 2002, the PNHR underwent an environmental restructuring process, since until then was used for planting and grain. Currently develop adventure tourism activities, focusing on eco-tourism and environmental education. Although in small proportions, the demand of existing tourism activities in the project studied assists in surrounding economic development by generating jobs and income. The PNHR contributes to social development, since it enables the realization of training courses, moments of interaction of employees with tourists and those with nature, learning new knowledge and sustainable actions by employees. It contributes to the environmental, smaller in size, since the protected area is small and the degradation that occurs in the vicinity just neutralizing the benefits generated by PNHR.

Keywords: Conservation units; Local Development; Adventure activities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da estrutura do SNUC	29
Figura 2 - Mesorregião Sudeste Paranaense	33
Figura 3 – Salto São Francisco	44
Figura 4 – Salto São Sebastião	44
Figura 5 – Salto Mllot.....	44
Figura 6 – Salto São João	44
Figura 7 – Saltos Gêmeos	45
Figura 8 – Salto Sete	45
Figura 9 – Salto Barão do Rio Branco	45
Figura 10 – Cachoeira Ninho do Corvo	45
Figura 11 – Salto Manduri	46
Figura 12 – <i>Cânion</i> do Rio Barra Bonita	46
Figura 13 – <i>Cânion</i> do Rio dos Patos	46
Figura 14 – <i>Cânion</i> do Rio São João.....	46
Figura 15 – Folder turístico com a localização das principais cachoeiras	47
Figura 16 – Localização da RPPN Ninho do Corvo	48
Figura 17 – Área delimitando a RPPN.....	49
Figura 18 – Cabana Tilcara A	51
Figura 19 – Cabana Tilcara B	51
Figura 20 – Apartamento Ninho A.....	51
Figura 21 – Apartamento Ninho B	51
Figura 22 – Vista parcial em 2003	60
Figura 23 – Vista parcial em 2016	60
Figura 24 – Antiga área de lavoura, com os troncos de árvores queimados	61
Figura 25 – Casa sede ao fundo	62
Figura 26 – Vista área do entorno da RPPN	65
Figura 27 – Tirolesa	74
Figura 28 – Plataforma de lançamento.....	74
Figura 29 – <i>Corvolesa</i>	75
Figura 30 – Vista da chegada	75
Figura 31 – Plataforma de saída da <i>Rapelesa</i>	75
Figura 32 – <i>Rapelesa</i> sob o <i>cânion</i>	75
Figura 33 – Trilha.....	76
Figura 34 – Trilha com obstáculo natural.....	76
Figura 35 - Treinamento vivencial.....	77
Figura 36 – Atividade do treinamento na trilha	77
Figura 37 – Passeio ciclístico	78
Figura 38 – Expedição Atacama 2015/2016	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação das atividades de aventura (esportes radicais)	23
Quadro 2 – Caracterização das atividades de aventura (esportes radicais)	24
Quadro 3 - Variações de altitude no município de Prudentópolis	42
Quadro 4 - Produtos da economia de Prudentópolis.....	42
Quadro 5 – Principais atrativos naturais de Prudentópolis	43
Quadro 6 – retângulo envolvente da localização da RPPN Ninho do Corvo	48
Quadro 7 – Síntese da criação da RPPN	66
Quadro 8 – Dados básicos dos funcionários	67
Quadro 9 – Dados sobre a renda dos funcionários	67
Quadro 10 – Síntese do perfil do colaborador e capacitações	73
Quadro 11 – Síntese das atividades desenvolvidas na RPPN	79
Quadro 12 – Síntese das demais contribuições e relações sociais.....	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFAN	Atividade Física de Aventura na Natureza
ABETA	Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APP	Área de Preservação Permanente
CIT	Centro de Informações Turísticas
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COOPTUR	Cooperativa Paranaense de Turismo
EMBRATUR	Instituto Brasileiro do Turismo
GETA	Grupo de Empresários de Turismo de Aventura
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
MINEROPAR	Serviço Geológico do Paraná
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTUR	Ministério do Turismo
NBR	Norma Brasileira
OMT	Organização Mundial do Turismo
PNT	Política Nacional de Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RAME	Recurso de Atendimento Médico de Emergência
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SGS	Sistema de Gestão de Segurança
SETU	Secretaria de Estado do Turismo do Paraná
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
TA	Turismo de Aventura
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UC	Unidade de Conservação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
2 REVISÃO DE LITERATURA	15
2.1 A ATIVIDADE TURÍSTICA	15
2.2 O TURISMO EM ÁREAS NATURAIS	15
2.2.1 Ecoturismo	17
2.2.2 Turismo de Aventura (TA)	20
2.3 ATIVIDADES DE TURISMO EM ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS	26
2.3.1 Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)	27
2.3.1.1 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)	32
2.4 O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	34
2.4.1 O Turismo como estratégia de fomento ao desenvolvimento comunitário	37
3 MATERIAIS E MÉTODOS	40
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	40
3.2 LOCAL E PERÍODO DO ESTUDO	41
3.2.1 O município de Prudentópolis	41
3.2.2.1 Equipamentos e serviços da RPPN Ninho do Corvo	50
3.3 PARTICIPANTES DO ESTUDO	52
3.4 PROCEDIMENTOS	54
3.5 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS	57
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	59
4.1 HISTÓRICO DA PROPRIEDADE E O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	59
4.2 PERFIL DOS COLABORADORES DA RPPN NINHO DO CORVO E AÇÕES DE CAPACITAÇÃO	66
4.3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA RPPN NINHO DO CORVO EM PRUDENTÓPOLIS	73
4.3.1 Tirolesa	73
4.3.2 <i>Corvolesa</i>	74
4.3.3 <i>Rapelesa</i>	75

4.3.4 Trilhas.....	76
4.3.5 Eventos corporativos e treinamentos vivenciais	76
4.3.6 Passeios ciclísticos	77
4.3.7 Expedições.....	78
4.4 CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS QUE A DEMANDA TURÍSTICA PROPORCIONA NA GERAÇÃO DE RENDA E EMPREGOS EM SEU ENTORNO .	79
4.4.1 Contribuições econômicas	79
4.4.2 Contribuições sociais.....	80
4.4.2.1 Interações com empreendimentos vizinhos e poder público	84
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS.....	97
APÊNDICES	103
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista para o Proprietário	104
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista com os Funcionários	105
APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista com os Empreendedores Vizinhos.....	106
APÊNDICE D – Roteiro de Entrevista com os Turistas	107
APÊNDICE E – Roteiro de Entrevista com o Poder Público	108
APÊNDICE F – Roteiro de Entrevista com os Estagiários	109
APÊNDICE G - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	110

1 INTRODUÇÃO

Entre as várias formas de desenvolver uma comunidade, a atividade de turismo figura como ferramenta concreta que, quando bem planejadas, pode auxiliar nas modificações do entorno em que acontecem. Uma das possibilidades de aliar turismo e desenvolvimento local é por meio da realização de atividades turísticas em áreas protegidas, chamadas de Unidades de Conservação (UC), seja através do ecoturismo, do turismo de aventura ou outras maneiras.

Nessas áreas protegidas por lei, ocorre a preservação do meio ambiente nas suas diversas formas, sendo possível praticar atividades de lazer e os moradores locais podem se beneficiar com a presença da UC e dos turistas, vendendo seus produtos ou oferecendo mão de obra.

No ano de 2000, com a aprovação da Lei 9.985, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), diversas áreas naturais passam a ser consideradas como Unidades de Conservação, cujo principal objetivo é “contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais” (BRASIL, 2000, Art. 4º, inciso I, s. p).

Entre as categorias que compõe esse sistema, a de maior importância para essa pesquisa é a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), que faz parte das UC de Uso Sustentável. Pode ser de posse de pessoa física e tem como objetivo principal proteger os recursos ambientais significativos para a região em que estão inseridas. Nelas, podem ser desenvolvidas atividades de cunho científico, cultural, educacional, recreativo e de lazer.

Entre as atividades de lazer que podem ser desenvolvidas, destacamos o segmento de turismo em áreas naturais, definido pela Secretaria de Estado do Turismo do Paraná (SETU, 2000, p. 4), como sendo um utilizador do

[...] patrimônio natural e cultural, de forma sustentável, com intercâmbio sob diferentes formas entre o homem e a natureza, para promover a conservação dos recursos locais (físicos e humanos), otimizando os custos e ganhos ambientais, culturais, econômicos e sociais, orientado por planejamentos participativos.

A busca crescente, e conseqüentemente o surgimento de novas formas de lazer, se justifica nos fatos destacados por Dias (2003), como: maior conscientização sobre preservar os recursos naturais; necessidade psicológica das pessoas encontrem alternativas de lazer diferentes daquelas vivenciadas nos centros

urbanos; aproximação com a forma simples de vida no campo, contrastando com a complexidade da modernidade e; a procura por melhor qualidade de vida, traduzida em maior interação com a natureza.

O desenvolvimento de atividades turísticas no meio natural, quando mal planejado e executado, causa diversos danos e consequências negativas para a comunidade local e para o meio ambiente. Por outro lado, gera benefícios para a comunidade, tais como a construção de novas vias de comunicação e de acesso, maior valorização das áreas naturais por parte do turista e do proprietário, criação de novos postos de trabalho para atender as demandas dos visitantes (DIAS, 2003).

O turismo em áreas naturais, de acordo com Eagles (2001, *apud* VIANA e NASCIMENTO, 2009), é um mercado em plena expansão e que depende de dois componentes fundamentais: níveis de qualidade ambiental e níveis de satisfação do cliente. Por isso, os vários segmentos surgem, se adaptam e se moldam para atender todas as expectativas.

No estado do Paraná, até o ano de 2014, eram 244 RPPNs reconhecidas no estado, sendo 219 instituídas no âmbito estadual (via Instituto Ambiental do Paraná - IAP), 13 federais (via Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio) e 12 municipais (via prefeituras municipais). O montante dessas 244 unidades é próximo a 53 mil hectares de áreas preservadas em mais de 100 municípios (IAP, 2014).

Dentre essas áreas, citamos algumas RPPNs que trabalham com a atividade turística: RPPN do Sebuí (Guaraqueçaba); RPPN Itátyba (Tibagi); RPPN Ninho do Corvo (Prudentópolis); RPPN Reserva Natural Salto Morato (Guaraqueçaba); RPPN Reserva Natural Serra do Itaqui (Guaraqueçaba); RPPN Reserva Papagaios Velhos (Palmeira) e; RPPN Sítio Serra do Tigre (Ivaí).

Existem diversos destinos específicos para praticar as atividades de turismo, se caracterizando como um dos fatores de indução de desenvolvimento local, como Bonito (MS) e Brotas (SP), dois destinos já consolidados e referência no segmento.

Levando em consideração o meio ambiente e as condições naturais da RPPN em estudo, são desenvolvidas diversas atividades recreativas e de lazer em seu interior, com destaque para as de cunho radicais ou de aventura, tais como tirolesa e rapel, que segundo Armbrust e Silva (2012), são uma mistura de risco e movimento humano, além de gerar valorização social. As atividades de aventura são fonte de

superação pessoal, de possibilidades de conhecer novos ambientes e pessoas, além de contribuir para o desenvolvimento comunitário.

Partimos da seguinte **problemática**: As ações desenvolvidas por uma Reserva Particular do Patrimônio Natural auxiliam no desenvolvimento econômico e social de seu entorno?

Diante do exposto, apresenta-se como **justificativa** dessa pesquisa o anseio em averiguar a possibilidade das atividades não agrícolas e de conservação da natureza desenvolvidas na RPPN, serem uma alternativa de complementação de renda, geração de emprego e envolvimento da comunidade local.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Caracterizar o empreendimento turístico Ninho do Corvo e suas ações para o desenvolvimento local.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Explanar sobre a recuperação ambiental da propriedade, desde a aquisição e criação da RPPN até os dias atuais;
- Verificar o perfil dos colaboradores da RPPN Ninho do Corvo e as ações de capacitação oferecidas para eles;
- Identificar as atividades desenvolvidas na RPPN Ninho do Corvo em Prudentópolis;
- Averiguar as contribuições econômicas e sociais que a demanda turística na RPPN Ninho do Corvo proporciona na geração de renda e empregos em seu entorno.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A ATIVIDADE TURÍSTICA

Conceituado pela Organização Mundial do Turismo (OMT) como a atividade realizada pelas pessoas, com duração máxima de um ano, indo para lugares diferentes dos seus habituais, com motivações que variam desde lazer, saúde à negócios, o turismo no Brasil se caracteriza como uma das atividades que mais gera emprego e renda (BRASIL, 2008).

Em pesquisa realizada pelo Ministério do Turismo (MTUR)¹ sobre o perfil do visitante estrangeiro que se deslocou ao país no ano de 2014, constatou-se que apenas no estado de São Paulo foram recebidos 2,21 milhões de pessoas, motivadas principalmente pelo turismo de negócios (48%), com permanência média de sete dias e gastos girando em torno de U\$ 160 por dia. O segundo segmento mais procurado, foi o turismo de lazer (23%), com destinos como a capital São Paulo, Florianópolis, Rio de Janeiro e Foz do Iguaçu.

A atividade turística é ampla e diversificada e para melhor organizá-la, o setor necessita de uma segmentação, facilitando o planejamento, a gestão e a comercialização. A segmentação é definida de acordo com as variáveis da demanda (identificação de certos grupos de consumidores) ou os elementos disponíveis na oferta (conjunto de elementos como praias, gastronomia, áreas naturais). Portanto, novos segmentos surgem, atendendo as expectativas e necessidades dos turistas.

A partir de agora, faremos uma breve análise da segmentação pertinente à essa pesquisa: turismo em áreas naturais, ecoturismo e turismo de aventura.

2.2 O TURISMO EM ÁREAS NATURAIS

Muito em voga na atualidade, o turismo em áreas naturais está incluso na Política Nacional de Turismo (PNT), instituída pela Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008, que em seu artigo 5º, parágrafo VIII, determina que tal política deve propiciar a

¹ Divulgada em 18 de novembro de 2015 e disponível no link: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/5708-s%C3%A3o-paulo-%C3%A9-o-segundo-destino-mais-visitado-por-estrangeiros-a-lazer.html>.

“prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural” (BRASIL, 2008, s. p).

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) conceitua o meio ambiente como o *habitat* natural do homem, e como ambiente natural entendemos o “conjunto de ecossistemas naturais cujos recursos são utilizados tal e qual existem na natureza” (CASASOLA, 2003, p. IX).

Praticar o turismo em áreas naturais é uma das principais motivações de viagens na atualidade. O meio ambiente é considerado por Ruschmann (1997) como a matéria prima do turismo e ambos possuem uma inter-relação incontestável, porém não tem apresentado um relacionamento harmonioso. Foi a partir do fim do século XX que as populações dos países desenvolvidos, que pertenciam às classes de alta renda, se interessaram em aumentar a qualidade de vida, buscando essa alternativa no meio natural (DIAS, 2003).

Como complementado por Casasola (2003, p. 4) a “relação entre a sociedade e a natureza ao longo da história depende dos tipos de modelos de produção e consumo, assim como dos estilos de vida eleitos para satisfazer as necessidades de seus membros”, ou seja, baseados na exaltação do crescimento econômico e na acumulação de bens, que muitas vezes causam efeitos negativos na utilização de recursos e nas possibilidades de regeneração ambiental.

O ambiente natural, também chamado por Casasola (2003) como patrimônio natural, é entendido como algo composto de duas partes: de um lado está o ambiente transformado, ou seja, lugares arqueológicos, zonas coloniais, populações indígenas e tradicionais e, de outro lado, o ambiente sociocultural, também tido como sinônimo de patrimônio cultural.

A natureza e seus elementos, como o clima, relevo, latitude², altitude, distância do oceano, é capaz de proporcionar o desenvolvimento da atividade turística ou até mesmo inibir, como em certas épocas do ano nas regiões mais frias.

Ceballos-Lascuráin (2001, p. 26), frisa que as “áreas naturais, em particular as protegidas legalmente, sua paisagem, fauna, flora – juntamente com os elementos

² O ideal térmico para o corpo humano varia conforme a latitude, sendo a temperatura média/anual de 23° considerada como padrão. Isso significa que as regiões subtropicais, ou mediterrâneas, localizadas em latitudes entre 30° e 40°, são mais propícias para o desenvolvimento do turismo, apresentando abundância de incidência solar (CONTI, 2002).

culturais existentes – constituem grandes atrações” para os habitantes dos países ao qual pertencem e para turistas de todo o mundo.

Portanto, há a necessidade e preocupação constante de ter investimentos em educação ambiental, para a preservação do meio ambiente, principalmente se considerarmos a grande variedade de segmentos na natureza. A seguir, abordaremos apenas dois dos diversos segmentos existentes na atualidade, acreditando que estes se constituem como partes fundamentais dessa pesquisa: turismo rural, turismo sustentável, turismo ecológico, turismo de observação de pássaros e geoturismo. A seguir, abordaremos dois segmentos relacionados ao objeto de estudo: o ecoturismo e o turismo de aventura.

2.2.1 Ecoturismo

Historicamente, as viagens à natureza remontam aos primórdios gregos, onde há registros de momentos alternativos ao ar livre, vividos por celebridades como Heródoto que, em suas viagens para conhecer outros povos, se interessava pelos aspectos ambientais e geográficos das regiões visitadas (PIRES, 2002).

Foi na década de 1980 que o termo ecoturismo começou a ser usado por Ceballos-Lascuráin. Ele definiu o ecoturismo como o ato de viajar para áreas naturais “relativamente não perturbadas nem contaminadas com o objetivo específico de estudar e admirar o cenário, seus animais e plantas selvagens, assim como quaisquer manifestações culturais (passadas e presentes) encontradas nessas áreas” (CEBALLOS-LASCURÁIN *apud* FENNELL, 2002, p. 42).

O ecoturismo surgiu como uma alternativa para o turismo de massa, incorporando o turismo alternativo como um dos princípios de sua concepção, criando uma identificação própria por meio do uso da natureza como fonte de inspiração e se firmando como uma das opções atuais mais importantes de turismo. Na concepção de Molina (2001, p. 159) “entende-se que é um turismo que tem lugar em ecossistemas, em ambientes naturais, e, por outro lado, que busca favorecer o conhecimento e aprendizado de manifestações naturais, mediante certas interações de baixo impacto”.

A partir de 1994, esse segmento conquistou diversos países, se caracterizando aos olhos dos governantes, além de uma alternativa de lazer, como

fonte de entrada de divisas, oportunidades de trabalho e geradora de políticas para a conservação dos recursos naturais (CROSBY e MONEDA, 1996).

Molina (2001, p. 160) salienta que o verdadeiro ecoturismo não é apenas mais um produto “no mercado tradicional, tampouco uma ramificação agregada à indústria turística, e sim, em um sentido rigoroso, um turismo de nova geração, regido por um conjunto de condições que superam a prática do turismo convencional de massas”, procurando fomentar a sustentabilidade e preservar o meio ambiente.

Classificado no enfoque de sustentabilidade e conservação, o ecoturismo é conceituado como aquele que considera a paisagem o principal ponto de ligação entre os fatores ambientais e o ser humano. Nele, a população local participa da prestação de serviços ao turista, que por sua vez se integra com o meio natural e com a comunidade. Há a priorização da preservação do espaço natural acima de qualquer outra atividade (CROSBY e MONEDA, 1996).

É uma atividade que não dispensa infraestrutura básica de apoio ao turista, planejamento e de *marketing*, que pode ser realizada em área pública ou privada, mas que em quase todos os casos se encontram protegidas.

Para Molina (2001, p. 160), as atividades de ecoturismo devem ser organizadas de modo que contemplem algumas estratégicas básicas, que dizem respeito a: oferecer ao ecoturista uma experiência autêntica; promover uma demanda cujo perfil inclua escolaridade avançada e interesse por viagens com conteúdo cultural; a combinação de programas de baixo impacto ambiental e, entre outros; integrar as comunidades locais, “com o objetivo de consolidar a sustentação, a longo prazo, do ecoturismo em uma determinada região, oferecendo-lhes oportunidades de trabalho” em programas de reflorestamento, artesanato, agricultura, pesca, pecuária e comércio diversos.

Nessa mesma linha de pensamento, Molina (2001, p. 157), salienta que é

[...] necessário destacar a importância do turismo como uma opção para o desenvolvimento das comunidades e dos indivíduos. Sua importância qualitativa é inegável em nossos dias, de modo que muitos governos consideram que o acesso a sua prática é um direito. Nesse sentido, o turismo se relaciona com necessidades fundamentais do ser humano, como, por exemplo, a educação, e nesse contexto, com o aprendizado e identificação com outras culturas, grupos étnicos e recursos naturais.

Um dos princípios fundamentais que uma atividade precisa ter para ser considerada como ecoturismo é ter a capacidade de gerar benefícios para a

comunidade local, preferencialmente que ela participe desde o início do planejamento da atividade, pois é com essa participação efetiva que se dará a possibilidade de fonte de renda para a região. Isso será possível através da utilização dos serviços e produtos disponíveis na comunidade, tais como: transporte hospedagem, alimentação, guias, artesanato, etc. (PIRES, 2002).

Em relação ao visitante que busca por espaços naturais, cabe salientar que são pessoas que utilizam as experiências para dar forma e conteúdo à sua própria existência, unindo lazer e trabalho, não usando como justificativa para o ato de praticar ecoturismo fatores como a fuga das tensões originadas durante o tempo comprometido com trabalho nos centros urbanos. “Obviamente, esses turistas estão em busca de experiências responsáveis e significativas, capazes de enriquecer sua existência” (MOLINA, 2001, p. 159).

O ecoturista, geralmente, é um indivíduo que possui um nível de vida considerável, com conforto em sua casa. Porém quando está no meio natural prefere se hospedar em locais rústicos, com pisos de madeira bruta, sem televisão para poder ouvir melhor o canto dos pássaros e, por fim prefere degustar as comidas típicas e bebidas locais (SOIFER, 2005).

Há, na literatura, questionamentos sobre a finalidade do ecoturismo, buscando descobrir se ele “deve atender às necessidades do *marketing*, do *trade*, da educação ambiental, da natureza, do modismo, do conservacionismo, das populações tradicionais ou de todas essas interfaces de seu inegável amálgama interdisciplinar” (RUSSO, *apud* NEIMAN e MENDONÇA, 2005, p. 225).

O ecoturismo é importante para o país, na medida em que traz benefícios, como: diversificar a economia regional por meio do surgimento de micro e pequenas empresas; gerar empregos locais; influenciar a população rural a permanecer no campo; melhorar as infraestruturas de transporte, comunicação e saneamento; criar alternativas de arrecadação para as UC; diminuir o impacto sobre o patrimônio natural, cultural e o plano estético-paisagístico e; melhorar os equipamentos nas áreas protegidas (EMBRATUR, 1994).

O ano de 2002 foi eleito pelas Nações Unidas, através de seu órgão setorial denominado Organização Mundial do Turismo (OMT), como o Ano Internacional do Ecoturismo. Essa estratégia foi uma forma de reconhecer a importância econômica e social desse segmento, além de ser uma maneira de chamar a atenção dos governos e da comunidade internacional para as potencialidades dessa atividade,

bem como alertar sobre a geração de impactos positivos e negativos causados nas comunidades receptoras (COSTA, 2002).

Por fim, o ecoturismo é um dos segmentos turísticos que mais cresce na atualidade e se destaca por agregar valor à sua matéria prima: o atrativo natural ou cultural. Pires (2002) compara o ecoturismo com outro segmento bastante procurado na atualidade: o turismo de aventura. Enquanto no primeiro segmento a motivação maior é apreciar e observar as características naturais e recursos culturais do ambiente visitado, no segundo prefere-se a movimentação física e as situações desafiadoras que o meio natural pode oferecer. Baseados nessa motivação, a seguir apresentaremos o turismo de aventura mais detalhadamente.

2.2.2 Turismo de Aventura (TA)

Uma das funções do turismo é proporcionar novas experiências ao turista e isso, geralmente, se dá em forma de viagens variadas, de acordo com os desejos do indivíduo. Entre emoções, descobertas, paisagens, compras e tantas outras, a aventura se caracteriza como uma das novas formas de oferecer as experiências tão procuradas.

Nos anos 1980, surgiram as primeiras reflexões sobre o turismo de aventura, onde os autores abordavam as “possibilidades econômicas do setor, a necessidade da experiência turística em meio natural e a relação dos elementos de risco com a participação controlada do turista”. Em 1990 surgiram iniciativas comerciais para esse setor, fabricando no Brasil os primeiros equipamentos a serem utilizados na atividade, tais como capacetes, cordas e caiaques infláveis (BRASIL, 2010, p. 13).

Em 1999, ocorreu a primeira feira do setor, proporcionando o conhecimento sobre o segmento e dando origem às primeiras associações dessa área (BRASIL, 2010, p. 13). Nos anos 2000, ocorreram as primeiras abordagens do setor público para tal tema, por meio de oficinas realizadas pela EMBRATUR (Instituto Brasileiro do Turismo), envolvendo a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Aventura, oficinas estaduais e o planejamento do TA em diferentes modalidades: ar, terra e água.

Em julho de 2003, as empresas da área deram o primeiro passo para formar uma entidade de referência para o setor, constituindo o Grupo de Empresários de

Turismo de Aventura (GETA). Apoiado pelo Ministério do Turismo era um espaço democrático, amplo e aberto aos empresários do setor para discutir a organização, desenvolvimento, identificação e solução de problemas comuns relacionados à qualidade e segurança do TA.

No mesmo ano, com a realização do evento *Adventure Sports Fair*, o GETA fortaleceu sua capacidade de mobilização e teve aumento em seu quadro de participantes, indo de 20 para 60 pessoas. Em agosto do ano seguinte, durante a realização de nova edição do evento, foi realizada uma assembleia para formalizar o grupo, que passou a se chamar Associação Brasileira de Turismo de Aventura (ABETA). O número de pessoas ativas cresceu e as atividades de organização do setor foram sendo desenvolvidas nos diversos aspectos: classificação de modalidades, acompanhamentos, avaliações, segurança, etc.

O boletim divulgado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) em outubro de 2015, traz o panorama atual do TA no Brasil. Os dados indicam que 5.382.468 pessoas foram atendidas por esse segmento no ano, gerando um faturamento de R\$ 515.875.659 e empregando mais de 22 mil colaboradores durante a alta temporada (SEBRAE, 2015).

O *ranking* global *Best Countries* elegeu o Brasil, no ano de 2016, como o melhor país do mundo para a prática de turismo de aventura³, e isso se deve por fatores como: mais de 7 mil km de extensão litorânea propícios para a prática de atividades aquáticas; 62% do território nacional possui vegetação nativa; existem mais de 230 pontos de referência para a prática de TA; possuir mais de 3 mil empresas oferecendo produtos e serviços para essa modalidade e; ser o terceiro país com o maior número de adeptos, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da Argentina (SEBRAE, 2015).

Considerado um parente próximo do ecoturismo e tendo os esportes na natureza como uma de suas origens, o turismo de aventura, cujo termo na literatura varia, recebendo nomes como: esportes radicais, práticas corporais de aventura na natureza e atividades físicas de aventura na natureza, foi inicialmente aceito e utilizado no Brasil, no ano de 2001, em Caeté (MG), durante a realização da Oficina

³ Matéria divulgada pelo SEBRAE, em 26 de janeiro de 2016, disponível em: <https://www.sebraeinteligenciasetorial.com.br/produtos/noticias-de-impacto/brasil-e-destaque-internacional-em-turismo-de-aventura/56a78b90f2bdfc1b007d5644>.

para elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Aventura. Consistia em designar um

Segmento de mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional, em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvam riscos controlados, exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sócio-cultural (BRASIL, 2005, p. 9)

Atualmente, o MTUR utiliza uma definição mais breve, sendo os “movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo” (BRASIL, 2010, p. 14).

A palavra aventura tem origem no latim *adventura*, que significa *o que há por vir*, remetendo ao inusitado, ao diferente. Portanto, consideram-se atividades de aventura, aquelas “experiências físicas e sensoriais recreativas que envolvem desafios e que podem proporcionar sensações diversas como liberdade, prazer e superação”, variando conforme a expectativa, o envolvimento, a experiência do turista e nível de dificuldade de cada atividade realizada (BRASIL, 2010, p. 15).

Para Marinho (2006, p. 13) as “contemporâneas viagens de aventura podem se diferenciar de outros tipos de viagem conforme alguns componentes, tais como: número de turistas, objetivos da viagem, característica da experiência, infraestrutura” ofertada que permite alcançar a experiência, padrões de acomodação e nível de envolvimento com o ambiente natural.

Este segmento, de acordo com Crosby e Moneda (1996, p. 23, tradução da autora), “utiliza o entorno rural ou o meio natural como recurso para produzir sensações de descoberta nos participantes”, de forma que tais sensações sejam transmitidas necessitando espaços pouco utilizados turisticamente.

O que até então era tido como aventura – uma jornada de experimentações e descobertas com a incerteza dos resultados – agora se transforma em algo diferente: um turista que busca uma sensação, a experiência de realizar uma atividade organizada por outras pessoas, sem ter o comprometimento de entender os aspectos, equipamentos e detalhes técnicos de execução. O que o segmento de turismo de aventura oferece é a experiência que o turista se dispõe a pagar qualquer preço para vivenciar (OLIVEIRA, *apud* NEIMAN e MENDONÇA, 2005).

Baseado na classificação proposta por Ricardo Ricci Uvinha⁴, os esportes radicais, chamados aqui de atividades de aventura, Pereira, Armbrust e Ricardo (2008) desenvolveram uma nova classificação, considerando a separação das atividades de ação e de aventura, conforme Quadro 1:

Quadro 1 – Classificação das atividades de aventura (esportes radicais)

ATIVIDADES DE AVENTURA		
MEIO	AÇÃO	AVENTURA
Aquático	<i>Surf; Windsurf</i>	Mergulho (livre e autônomo); Canoagem (<i>rafting</i> , caiaque, <i>aquaride</i> , <i>cannyoning</i>)
Aéreo	<i>Base jump; Sky surf</i>	Paraquedismo; Balonismo; Voo livre
Terrestre	<i>Bungee jump; Sandboarding</i>	Montanhismo (escalada em rocha e em gelo. Técnicas verticais, tirolesa, rapel, arvorismo); <i>Mountain bike (down hill, cross country)</i> ; Trekking
Misto	<i>Kite surf</i>	Corrida de aventura
Urbano	Escalada <i>in door</i> ; <i>Skate</i> ; Patins in line; <i>Bike</i> (trial e bmx)	<i>Le parkour</i>

Fonte: PEREIRA; ARMBRUST; RICARDO (2008). Adaptado.

Por ação, os autores entendem uma atividade que necessita de um movimento importante, executado com uma técnica específica, uma manobra que determina a beleza e está repleta de emoções. Quem pratica essas atividades, geralmente tem a atitude como característica própria e se identifica com outras pessoas por meio das roupas que usa.

Por aventura, compreende-se a busca por algo que inicialmente é intangível, o que “é muito comum aos praticantes de modalidades na natureza, principalmente aquelas onde a distância, o clima, o esforço físico, a privação e a incerteza estão presentes” (PEREIRA; ARMBRUST; RICARDO, 2008, p. 45).

Os mesmos autores, baseados em dados coletados em publicações diversas, apresentam essa classificação em termos de caracterização de tais atividades, levando em consideração aspectos sociais, históricos, dos riscos e das faixas etárias. O Quadro 2, mostra essa caracterização:

⁴ Para maiores informações, consultar a obra: UVINHA, Ricardo Ricci. **Juventude, lazer e esportes radicais**. São Paulo. Manole, 2001.

Quadro 2 – Caracterização das atividades de aventura (esportes radicais)

ATIVIDADES DE AVENTURA		
CARACTERÍSTICA	AÇÃO	AVENTURA
Habilidade	Predomina e estabilização.	Locomoção.
Capacidade física	Força potente e velocidade das manobras.	Resistência e estratégia escolhida.
Surgimento	Como atividade de lazer e uso do tempo livre.	Como expedição ou exploração (militar, econômica ou científica).
Etimologia	Manifestação de força e energia, movimento, comportamento e atitude.	Experiências arriscadas, incomuns, perigosas e imprevisíveis.
Objetivo	Lazer. As competições geram grandes eventos.	Lazer e turismo. Usado como educação.
Local	Urbano e natureza. Espaços construídos e eventos naturais (onda e vento).	Natureza e urbano. Espaços naturais, com a meta de sair de um ponto e chegar a outro.
Público	Média entre 15 e 25 anos.	Média entre 25 e 35 anos.
Perigo	Socorro mais próximo. Menor ação do clima.	Socorro mais distante. Maior ação do clima.
Organização	Existem regras, associações e formação de tribos.	Existem regras, associações e formação de equipes.
Mídia	Busca captar a manobra. Relaciona-se com o público alvo na atitude, vestimenta, comportamento e linguagem.	Busca captar a história. Relaciona-se com o público alvo na ecologia, qualidade de vida e meio ambiente.

Fonte: PEREIRA; ARMBRUST; RICARDO, (2008). Adaptado.

Quando se pratica atividades de aventura, sabe-se que existe o risco real ou aparente⁵ de algo errado acontecer e o corpo humano reage para enfrentar situações diversas, como andar por caminhos excepcionais, submeter-se à experiências extremas, trabalhando com sensações e sentidos pouco usados no dia a dia (MARINHO, 2006).

Para praticar tais ações é preciso estar disposto a cruzar obstáculos, alguns com o intuito de vencer o próprio cansaço físico e resistir, persistir para chegar até o fim. Para tal superação, é necessário que ocorra uma relação entre a “inteligência do corpo humano e a inteligência dos corpos que a rodeiam” (rodeiam a natureza). Após isso, o desejo de continuar na prática esportiva continua e muitas vezes se intensifica, criando no praticante a necessidade de conhecer de forma mais

⁵ Um exemplo de atividade de aventura com risco real é a prática de escalada solo, sem nenhum equipamento de segurança e praticado por uma única pessoa. O risco aparente é aquele em que tem-se a sensação de perigo, mas há um esquema de segurança, como a escalada em *tope rope*, em que o escalador sobe a via preso em uma corda ancorada no alto.

detalhada as rochas, a vegetação, a água, a terra. “Vencer o espaço natural não significa somente derrotá-lo, mas essencialmente, vencer com ele. Vencê-lo não é dominá-lo, mas pode implicar boas risadas em sua companhia” (SANT’ANNA, 2001. p. 112).

Para minimizar os incidentes que podem ocorrer durante a prática de TA, é importante o aventureiro procurar empresas que tenham um plano de segurança, pois através dessa ação e da profissionalização dos guias e condutores, pode-se praticar a atividade de forma segura.

Há certa divergência nos termos quando falamos em atividades físicas. Essa expressão nos remete à área da Educação Física, com jogos, esportes e regras. A palavra “esporte” confunde e reduz o tipo de atividade que é desenvolvida no meio ambiente natural, pois se considerarmos exploração de cavernas e acampamentos, percebemos que são dois itens longínquos dos tradicionais esportes que conhecemos, estando mais relacionados à turismo na natureza (PIMENTEL, 2006).

Um termo que vem sendo usado entre os pesquisadores e praticantes é Atividade Física de Aventura na Natureza (AFAN). Pimentel (2006, p. 45), diz que esse conceito “parece englobar, de forma provisória, as vivências possíveis na natureza via terra, água e ar” e que grande parte das AFAN está ligada ao turismo na natureza.

As AFAN ocorrem sob o enfoque do ecoturismo ligado ao desejo de aventura e Betrán (2003) reconhece que são práticas adaptadas ao lazer, à natureza, ao esporte, aos novos gostos pelo turismo, de aventura e pelos relacionamentos. Esse mesmo autor, fala sobre a realidade na Espanha, que tais atividades são um novo conceito de ócio, que se fundamenta na comercialização da diversão, na vivência e exaltação de coisas diferentes das do cotidiano.

O turismo de aventura é um segmento que necessita, por definição, áreas praticamente intocadas, muitas vezes com acesso difícil, picos elevados, cavernas, corredeiras, cachoeiras e tantos outros ambientes. O território brasileiro oferece múltiplas opções, com diversidade de paisagens e clima ameno, favorecendo atividades aquáticas (JESUS, 2003).

Magro (2001, *apud* PIMENTEL, 2003) em pesquisa apresentada no 3º Congresso Brasileiro de Turismo Rural em Piracicaba, no ano de 2001, menciona dois tipos de espaços naturais procurados significativamente para a prática de atividades de aventura: as Áreas de Proteção Permanente (APP) e as RPPN.

Um diferencial do segmento de turismo de aventura que tem apresentado benefícios para os prestadores de serviços é o fato de que eles podem aliar suas paixões pelas atividades com seus afazeres profissionais, tornando o que antes era apenas momentos de lazer e aventura de forma que se torne uma nova profissão.

2.3 ATIVIDADES DE TURISMO EM ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS

Tornar uma área natural protegida configura-se com uma das principais estratégias para a conservação da natureza e tem como objetivo “preservar espaços com atributos ecológicos importantes” (DIEGUES, 1997, p. 85). Em alguns casos, como nos parques, essa mudança é feita para que o visitante aprecie a estética e a riqueza natural, não se permitindo a moradia de pessoas em seu interior.

O primeiro parque nacional, em Yellowstone, nos Estados Unidos, foi criado por volta de 1872, sendo considerado a saída para proteger a vida selvagem ameaçada pela civilização urbano-industrial, que destrói a natureza. Pretendia-se manter pedaços de natureza intocada, em seu estado primitivo sem ter sofrido intervenção humana e, que também servissem “como locais selvagens, onde o homem pudesse refazer as energias gastas na vida estressante das cidades e no trabalho monótono e alienante” (DIEGUES, 1997, p. 86).

Quando se trata de turismo em áreas protegidas, surge o conflito: preservação e uso. A concepção inicial que se deu aos parques nacionais colocava em primeiro plano a recreação e não a preservação, ou seja, foram criados com a função utilitária de lazer para a população (LIMA, 2003).

São necessários estudos para o manejo dos visitantes, determinação e monitoramento dos impactos e definição de limites de uso, principalmente por meio da capacidade de carga (LIMA, 2003). Porém, muitas vezes o comportamento do visitante influencia na degradação de forma mais agressiva que a quantidade de pessoas ao mesmo tempo, em determinado local. Além disso, outros fatores como o tipo de uso, as condições biofísicas, de manejo e a época em que ocorre o uso são importantes determinantes da deterioração ambiental.

As áreas protegidas, do mundo todo, estão recebendo números cada vez maiores de turistas, as vezes duplicando ou triplicando a cada ano, porém muitas dessas áreas não estão preparadas para receber uma atividade de maneira tão

intensa. Por isso, faz-se fundamental a educação ambiental e o cumprimento de normas e regras, seguindo o estabelecido pelas diretrizes específicas.

Na RPPN Ninho do Corvo, a atividade turística é desenvolvida de forma sustentável, organizada e com controle da capacidade de carga, proporcionado a durabilidade dos recursos naturais e permitindo a continuidade da restauração da vegetação. A gestão responsável e consciente se constitui como fator determinante para o sucesso da proposta de uso de uma área de preservação. Além do mais, desenvolver atividades de turismo em áreas preservadas é uma maneira de educar o visitante, propagar a importância da preservação do meio ambiente e disseminar a diversidade de espécies da fauna e da flora presentes no local.

Segundo o Plano de Manejo (2009, p. 41), a “alternativa de turismo ecológico e de aventura não afeta a comunidade de aves ocorrentes na reserva”, pois atividades como o rapel, são desenvolvidas próximas à ninhos de pássaros, por exemplo, “que convivem pacificamente, reproduzindo-se anualmente”.

2.3.1 Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)

A conservação da biodiversidade é uma questão mundial e que tem sido garantida por meio de leis e compromissos assumidos em grandes eventos, como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92). Entre as estratégias de conservação da biodiversidade, se destacam aquelas contidas no SNUC. O SNUC foi criado em 18 de julho de 2000, através da Lei nº 9.985 da Presidência da República, com o objetivo de ordenar e monitorar o uso e a ocupação das áreas protegidas em território nacional. Possui uma série de objetivos, conforme o Artigo 4º da referida Lei, a saber:

- I - Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II - Proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III - Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV - Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;

- V - Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI - Proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII - Proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII - Proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX - Recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X - Proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI - Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII - Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII - Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

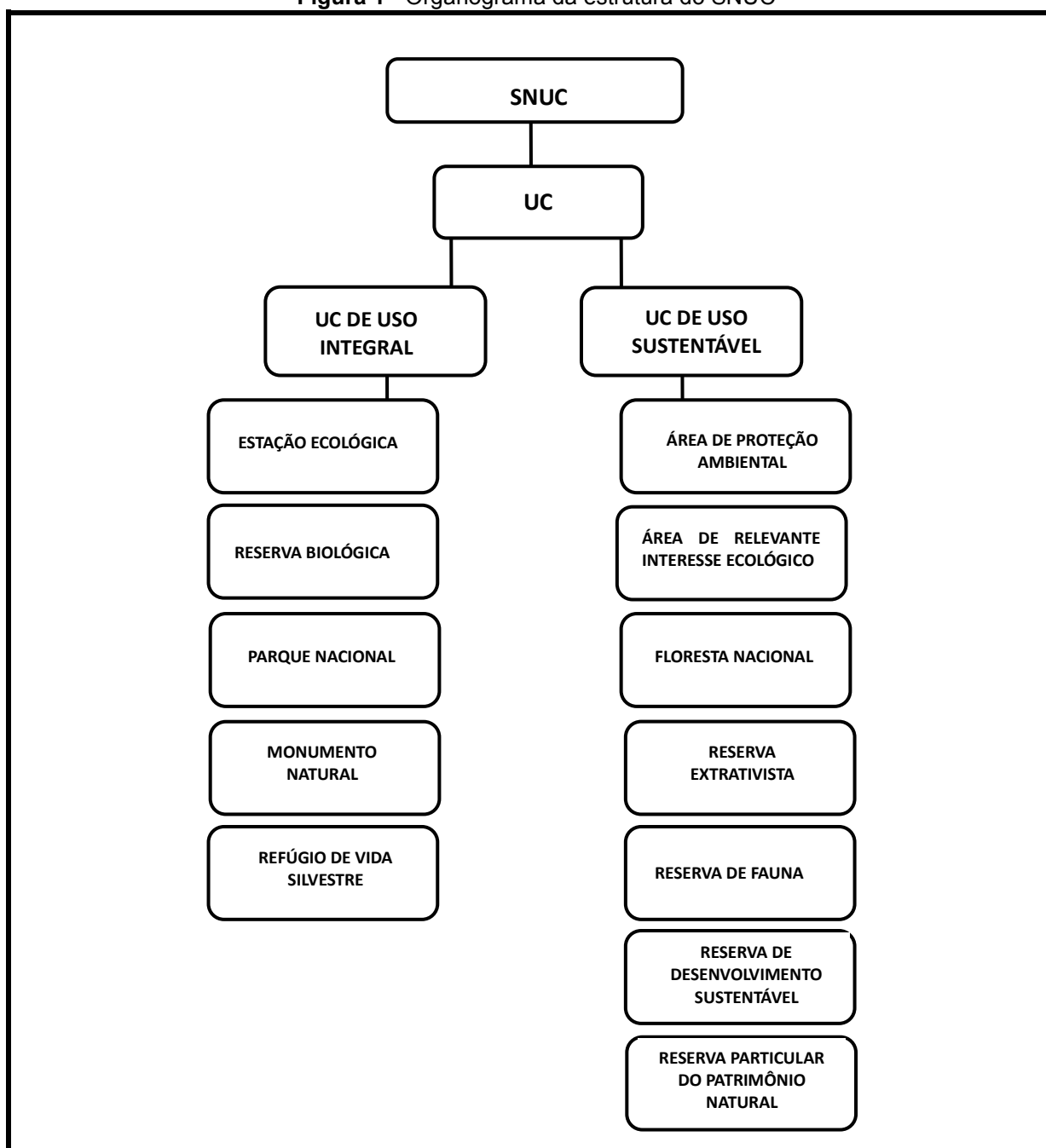
É importante frisar que não há apenas preocupação com a preservação do meio natural, mas também um envolvimento de questões científicas e humanas, pensando no ser humano como membro integrante desse meio ambiente, portanto digno de valorização e reconhecimento.

Entre as diretrizes que regem o SNUC, se destaca que ele deve assegurar a presença de amostras significativas e ecologicamente viáveis da flora e da fauna no interior das UC, de forma a salvaguardar o patrimônio biológico existente.

Para o bom funcionamento do Sistema, a Lei 9,985 prevê que seja gerido por órgãos nacionais, a saber: Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) com a função consultiva e deliberativa de acompanhar a implementação do sistema; Ministério do Meio Ambiente, incumbido de coordenar e; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) juntamente com órgãos estaduais e municipais são executores e responsáveis por implementar o sistema, subsidiar propostas de criação e administrar as UC nas respectivas esferas.

Dentro do SNUC, as UC se dividem em duas categorias: de Unidades de Proteção Integral e de Unidades de Uso Sustentável (Figura 1).

Figura 1 - Organograma da estrutura do SNUC



Fonte: Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. Org.: a autora.

As Unidades de Proteção Integral têm como objetivo básico a preservação da natureza, admitindo o uso indireto dos recursos naturais, exceto nos casos previstos em lei. Entre as Unidades de Conservação que a compõe, estão as denominadas: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e; Refúgio de Vida Silvestre (BRASIL, 2000).

Dentre tantas classificações e considerando as atividades que são desenvolvidas na RPPN Ninho do Corvo, surge a curiosidade em saber se o

empreendimento se reconhece realmente dentro de sua categoria ou se é manejada como um Parque Nacional.

O Plano de Manejo da RPPN Ninho do Corvo descreve um diagnóstico realizado na época de sua elaboração (por volta de 2008 a 2009) durante 8 dias no interior da propriedade, de forma a fazer um levantamento de todas as espécies da fauna e da flora presentes no local. Destaca-se que, devido ao número de algumas espécies ser considerado baixo para os padrões do Estado do Paraná, (como os anfíbios anuros, que foram encontradas apenas 8 espécies), a área não pode ser considerada um Parque.

Durante a entrevista e os momentos de contato com o proprietário, não foi identificado o reconhecimento do empreendimento como sendo um parque. Outrossim, percebe-se fortemente o sentimento de pertencimento ao denominado Reserva Particular do Patrimônio Natural. Além do mais, de acordo como artigo 21º da Lei nº 9.985 o “Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica [...]” (BRASIL, 2000, s. p.) e o empreendimento em questão não apresenta em quesitos de maneira tão expressiva.

Na presente pesquisa, o foco principal são as UC de Uso Sustentável, portanto nos ateremos a elas a partir de agora. As Unidades de Conservação de Uso Sustentável têm como objetivo “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (Art. 7º, § 2º s. p.) e se subdividem em sete categorias: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e; Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Não nos interessa nesse momento aprofundarmos os conhecimentos a respeito das UC de Uso Integral, portanto nos ateremos às UC de Uso Sustentável, que por sua vez se dividem em 7:

As Áreas de Proteção Ambiental podem ser públicas ou privadas, geralmente são áreas extensas e possuem certo grau de ocupação humana e tem como “objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais” (BRASIL, 2000, Art. 15º, s. p.).

As Áreas de Relevante Interesse Ecológico podem ser públicas ou privadas,

possuem

pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza (BRASIL, 2000, Art. 16º, s. p.).

A categoria de Floresta Nacional permite a habitação de populações tradicionais que habitam quando de sua criação, porém as áreas particulares incluídas em seus limites são desapropriadas, passando a ser de domínio público. São áreas com “cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas” (BRASIL, 2000, Art.º 17, s. p.).

A Reserva Extrativista é de domínio público e protege os meios de vida e culturais das populações extrativistas, que sobrevivem com a agricultura de subsistência e criação de animais de pequeno porte, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais.

Em relação às Reservas de Fauna, também de domínio público, são áreas destinadas à animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias. Nessas áreas são permitidos estudos técnicos científicos sobre o manejo econômico sustentável dos recursos da fauna ali presente.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável consiste em uma

área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica (BRASIL, 2000, Art. 20º, s. p.).

Apresenta como objetivo básico a preservação da natureza, ao mesmo tempo em que visa assegurar as condições e os meios necessários para a “reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente”, que por vez são desenvolvidos por estas populações (BRASIL, 2000, Art. 20, § 1º, s. p.).

Por fim, as Reservas Particulares do Patrimônio Natural são áreas privadas, de posse de pessoa física ou jurídica que prevê em seu interior o desenvolvimento

de pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais (BRASIL, 2000, Art. 21).

É importante deixar claro o que significa o termo “Uso Sustentável”, extraído da Lei nº 9.955, artigo 1º,

XI - uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável;

Portanto, é possível desenvolver certas atividades no interior de uma RPPN, desde que tenha sido previsto no plano de manejo e que seja feito de forma sustentável.

2.3.1.1 Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)

O Decreto Federal nº 1.922, de 5 de junho de 1996 (BRASIL, 1996, p. 1), que dispõe sobre o reconhecimento das RPPNs, diz que

Art. 1º Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN é área de domínio privado a ser especialmente protegida, por iniciativa de seu proprietário, mediante reconhecimento do Poder Público, por ser considerada de relevante importância pela sua biodiversidade, ou pelo seu aspecto paisagístico, ou ainda por suas características ambientais que justifiquem ações de recuperação.

Art. 2º As RPPN's terão por objetivo a proteção dos recursos ambientais representativos da região.

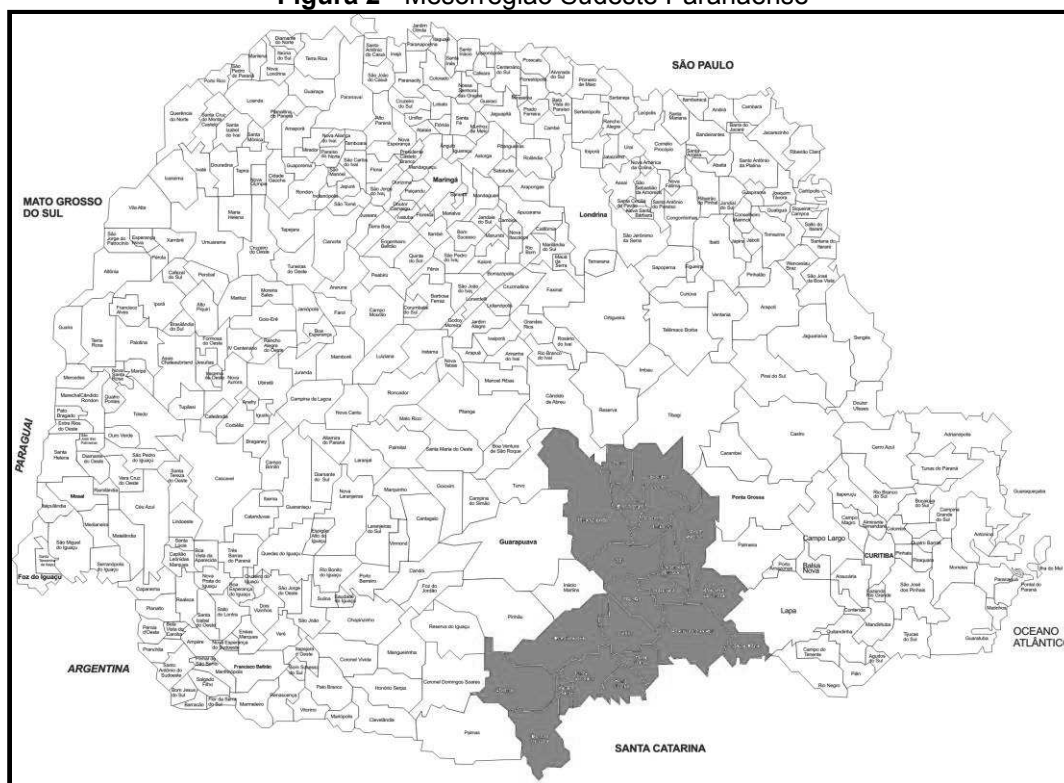
Art. 3º As RPPN's poderão ser utilizadas para o desenvolvimento de atividades de cunho científico, cultural, educacional, recreativo e de lazer, observado o objetivo estabelecido no artigo anterior.

Seguindo as instruções de tal decreto, centenas de proprietários tomaram a iniciativa, pelos mais variados motivos, resultando, em 1.363 RPPN's registradas em todo o Brasil, sendo que no Estado do Paraná foram cadastradas junto ao IAP (Instituto Ambiental do Paraná), órgão responsável pela implantação, reconhecimento e fiscalização das áreas registradas, 255 cadastradas (224 a nível estadual, 16 a nível federal e 15 municipais) (CNRPPN, 2016).

Na mesorregião sudeste paranaense (Figura 2), a que pertence o município de Prudentópolis, são 8 RPPN's registradas, nos municípios de: General Carneiro (2), Imbituva (1), Ipiranga (1), Ivaí (2), Prudentópolis (1) e Rio azul (1). Entretanto,

apenas a RPPN Ninho do Corvo desenvolve atividades ligadas ao turismo.

Figura 2 - Mesorregião Sudeste Paranaense



Fonte: Google. Adaptado.

Durante o processo de formalização de uma RPPN, faz-se necessário elaborar o Plano de Manejo. Trata-se de um “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área”, bem como sobre o manejo dos recursos naturais, incluindo a necessidade de construir estruturas físicas para gerir a unidade (BRASIL, 2000, Art.º 2º, XVII, s. p.).

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2004), em documento contendo o roteiro metodológico para a elaboração de planos de manejos em RPPN's, esses devem ser planejados para um período de cinco anos. Nesse período é necessário levantar os dados para uma nova revisão, para manter o planejamento sempre atualizado e permitir que o proprietário realize as ações de acordo com a realidade.

No município de Prudentópolis, há o registro de apenas uma RPPN, reconhecida a nível estadual, criada em 2007 junto à regional do IAP em Guarapuava: a RPPN Ninho do Corvo, onde foi realizada a pesquisa.

Existem diversas UC's que conciliam atividades de turismo com conservação da natureza, tais como o Parque Nacional do Iguaçu (Foz do Iguaçu), com atividades terceirizadas como o macuco safari, a Trilha do Poço Preto e das Bananeiras. Enquanto a RPPN Itáytyba (Tibagi) e o Parque Estadual do Pico Marumbi oferecem trilhas de beleza inestimável, o Parque Estadual Vila Velha (Ponta Grossa) permite o encontro com os milenares arenitos esculpidos pela ação do vento e das chuvas e o Parque Estadual do Guartelá (Tibagi) oferece *rafting*, *cânions*, cachoeiras e inusitadas formações rochosas.

Além do desenvolvimento da atividade turística dentro das áreas de preservação, é possível que ocorra uma contribuição para o meio ambiente, através de recuperação e preservação de espécies da fauna e da flora, além de valorização regional e geração de renda. Dessa maneira, ocorre o desenvolvimento da comunidade que faz parte do entorno.

2.4 O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

O termo comunidade é originário do latim *communitas*, referindo-se à qualidade daquilo que é comum e pode ser empregada para designar um pequeno grupo de pessoas, um bairro ou algo mais amplo, como uma região ou um continente. Zigmunt Bauman diz que a comunidade é uma “coisa boa”, um ambiente “cálido”, um lugar confortável e aconchegante”, onde as pessoas se entendem e se sentem seguras, podem confiar no que ouvem e contar com o companheirismo dos demais (BAUMAN, 2003, p.7).

Zarate (2007, *apud* BURBANO, 2011) diz que a comunidade não é apenas um conjunto de indivíduos, mas um sistema sociocultural que possui vida própria, onde se aprende com a observação e com o cotidiano. Nela, os comportamentos, atitudes e relações dos habitantes são colocados em jogo.

Dessa harmonia e troca de cumplicidade, depende o desenvolvimento de tal comunidade, que por sua vez é definido como um “processo de superação de problemas sociais, em cujo âmbito uma sociedade se torna, para seus membros, mais justa e legítima” (SOUZA, 2002, p. 18).

Uma comunidade não é estática. Ela está sempre em movimento, em constante transformação, visto que as pessoas que a compõe também mudam e

buscam melhorias. Dessa forma, é possível identificá-la por meio da identidade social e o sentido de comunidade construída por seus membros (MONTERO, 2004).

A composição de uma comunidade pode ser feita de dois modos distintos: através de uma necessidade exterior do indivíduo ou por “consequência de *uma necessidade interna*, ou seja, em consequência de uma escolha individual” (HELLER, 1970, p. 67).

Quando falamos em comunidade, supomos relações e interações de conhecimentos, de ações ou de sentimentos, pois compartilhar é algo comum. Essas relações ocorrem num âmbito local, marcado por um desenvolvimento histórico e cultural que envolveu interesses e necessidades, e que afetam em maior ou menor grau, um grupo de pessoas que se identificam como integrantes de tal grupo (MONTERO, 2004).

Comunidade é um local onde seus membros “estabelecem um conjunto de interações sustentadas na cultura, nos valores, nas tradições e crenças, elementos que constituem um fator de unidade e impulso ao desenvolvimento” (tradução da autora) (GREGORIO, 2012, p. 2).

Quando se fala em desenvolvimento, agrega-se conceitos, significados, valorações e direções, no sentido de conduzir para tornar algo melhor. Majoritariamente, se considera o fator econômico como principal medidor do desenvolvimento, o que concretiza o grande desafio da sociedade atual: promover o desenvolvimento centrado no homem (CORIOLANO, 2003).

Para muitos, desenvolvimento ainda significa “alcançar níveis materiais de vida compatíveis aos países centrais do capitalismo, a fim de ter acesso a uma gama crescente de bens materiais”, que por sua vez são cada vez mais supérfluos (RODRIGUES, 2002, p. 59). “O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa” (SACHS, 2004, p.13).

Essa importância dada ao lado econômico foi perdendo espaço a partir de 1962, quando o Conselho Econômico das Nações Unidas recomendou que fossem inclusos os aspectos sociais do desenvolvimento.

Promover o desenvolvimento tendo como objetivo básico, “a maximização da renda ou da riqueza” é algo considerado inadequado, pois estaria sendo considerado um fim em si mesmo, ou seja, não estaria considerando aspectos

fundamentais e indispensáveis, sobretudo a melhoria da qualidade de vida e das liberdades que possuímos (SEN, 2000, p. 29).

Para Oliveira (2002, p. 40), o “desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social”. Dessa forma, fica clara a preocupação em incluir todos os sentidos que envolvem o real desenvolvimento.

O crescimento econômico é considerado condição de desenvolvimento, pois como a população mundial cresce, a demanda por bens materiais e imateriais também aumenta. Porém, para Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009), o questionamento do paradigma de que crescimento econômico é igual desenvolvimento, levou ao surgimento do termo desenvolvimento sustentável, conceituado pelo Relatório *Brundtland*. Nesse modelo o “*desenvolvimento sustentável* circunscreve o crescimento econômico ao desenvolvimento humano e social, colocando, ainda, em completa evidência, a necessidade de equilíbrio ambiental” (CRUZ, 2008, p. 35).

O desenvolvimento comunitário almeja que todos os membros evoluam conjuntamente, baseados na ajuda mútua e na posse coletiva de alguns meios essenciais de produção e distribuição, pois mantendo a coletividade diminuirá as chances de uma determinada comunidade se dividir em classes sociais, de acordo com suas posses (SINGER, 2004).

A atividade turística, com seu efeito multiplicador, se coloca como um mecanismo de desenvolvimento local e de viabilização desse processo. Possui dois lados: (1) muitas vezes se vincula aos riscos, às grandes empresas, o que concentra renda e gera pobreza nos polos receptores e; (2) quando se trata de turismo interno, há valorização do lugar, dinamiza e economia local, protege o patrimônio natural, recupera e preserva o patrimônio histórico cultural (CORIOLANO, 2003).

Focaremos aqui nas áreas naturais e no desenvolvimento desses espaços, frisando que os “camponeses são capazes de fazer serviços ambientais essenciais, de ser os guardiões das paisagens e os gerentes dos recursos de que dependerá a nossa existência”, como o solo, as florestas, a água e, conseqüentemente, o clima (SACHS, 2010, p. 28).

De acordo com o autor supracitado (2010, p. 25), o “desenvolvimento rural socialmente incluyente e em harmonia com o meio ambiente exige soluções

intensivas em conhecimentos e mão de obra, econômicas em capital e recursos naturais”.

2.4.1 O Turismo como estratégia de fomento ao desenvolvimento comunitário

O desenvolvimento almejado pelo turismo, além de incluir o fator econômico, se relaciona com os aspectos socioespaciais, denominados por Souza (2002, p. 18-19) como aqueles que envolvem um processo de “superação de problemas e conquistas de condições”, sejam elas culturais, técnicas ou tecnológicas, político e institucionais ou espaço territoriais.

De acordo com Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009, p. 81),

Pensar as atividades turísticas como promotoras da região onde se estabelece, requer o desenvolvimento de modelos que busquem a superação das privações de liberdades que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas e comunidades que têm seus modos de vida situacionalmente afetados pela implantação dessas novas práticas. Isso implica pensar em uma política de turismo integrada a uma política de desenvolvimento mais ampla, cujo foco deve estar na inclusão social por meio da afirmação da identidade cultural e da cidadania como suporte da ampliação do exercício efetivo de liberdades substantivas.

Para Rejowski e Costa (2003, p. 19) a atividade turística, incluindo suas dimensões nacionais e internacionais, se destaca como um crescente fenômeno social, econômico, cultural e através de suas demandas e manifestações “apresenta-se, por um lado, como importante atividade que integra povos, costumes, crenças, e por outro como importante área a ser incrementada para o desenvolvimento sustentável das destinações”.

Muito se fala sobre os benefícios e consequências da atividade turística em todo o mundo. É fato que, em algumas comunidades, há um desconforto sentido pela comunidade receptora, como aponta um estudo feito por James Jordan, em 1980, ao analisar a implantação do turismo em uma vila norte-americana, em New Jersey. O autor relata que, na visão dos moradores, “o turismo aparece como um fardo que a comunidade deve suportar”, e mesmo reconhecendo-o como importante fonte de renda, representa “a perda da tranquilidade e da privacidade da população local” (JORDAN, 1980 *apud* BANDUCCI JR; BARRETO, 2001, p. 29).

Por outro lado, o turismo possui uma força enquanto fenômeno sociocultural, abrangendo fatores comportamentais da comunidade receptora e dos visitantes, além das “inter-relações do turismo com as diversas tradições e culturas das regiões visitadas” (GOMES, 2007, s. p).

Em pesquisa realizada com a comunidade do entorno do Parque Nacional do Caparaó, na divisa dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, constatou-se que a maioria dos entrevistados relatou ter sido beneficiado pelo desenvolvimento do turismo, mesmo que indiretamente, por meio de projetos desenvolvidos por ONG's e universidades, visando o envolvimento da comunidade e criando o hábito de discutir e gerir os próprios problemas (KINKER, 2002).

Dessa forma, começam a discutir também o turismo, a necessidade de melhorias e construção de infraestrutura básica, que servirá para todos, tanto turistas como população local.

A cultura de um povo, de uma comunidade, é capaz de atrair uma demanda variada de visitantes, em busca da diversidade e experiências inovadoras, através dos costumes, bens e serviços disponibilizados, arte, músicas, gastronomia. De acordo com Brasil (2007, p. 9), viagens e cultura são termos indissociáveis, em que “toda viagem é em si uma atividade cultural”.

Dessa forma, a atividade turística causa consequências, tanto negativas como positivas, na comunidade local. Destacamos aqui os benefícios relacionados à “valorização do artesanato local, da herança cultural, orgulho étnico, valorização e preservação do patrimônio histórico-cultural, intercâmbio cultural, troca de valores, vivência emocional e espacial, melhoria em infra-estrutura pública” (GOMES, 2007, s. p.), além da geração de empregos e renda.

A comunidade é detentora de uma grande responsabilidade em relação às questões de envolvem o meio ambiente. O desenvolvimento sustentável tem como uma de suas “pedras fundamentais” “a ideia de que a comunidade local deve participar ativamente no planejamento do turismo, e talvez controlar a indústria do turismo local e suas atividades” (SWARBROOKE, 2000, p. 59).

Para Sachs (2004), são cinco os pilares da sustentabilidade ambiental: social, ambiental, territorial, econômico e político. Para que haja progresso em todos esses itens, muita coisa tem que ser feita, para enfim, chegar-se ao tão esperado desenvolvimento sustentável. Desenvolver apenas alguns de forma isolada não

resolverá. É preciso, por exemplo, planejamento participativo e enfrentamento à crise para iniciar um processo de restauração do sistema atual.

As comunidades rurais podem incrementar a renda oferecendo serviços turísticos como: hospedagem, alimentação, trilhas, venda de produtos artesanais locais além de oferecer ao visitante a possibilidade de vivenciar diferentes ambientes rurais (NOVAES, *apud* REJOWSKI e COSTA, 2003).

O turismo, quando bem planejado e considerando as necessidades da comunidade, pode ser um fator de desenvolvimento social. Para isso, “está sujeito aos tipos de estratégias que são implantadas e às características de cada local”, visto que cada localidade possui suas especificidades (STÓCOLO & PANOSSO NETO, 2015, p. 37). Para ser bem-sucedida, uma “política de desenvolvimento local está associada à uma dinâmica “de baixo para cima”, na qual os atores locais desempenham um papel central na sua definição, execução e controle” (MARCON, 2007, p. 344).

3 MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa e quantitativa, que teve como propósito identificar como a prática de atividades de turismo dentro de uma RPPN contribui para o desenvolvimento da comunidade que está em seu entorno. A pesquisa qualitativa é caracterizada por Minayo (2010, p. 21-22), como aquela que “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos”, que não podem ser medidos em números.

A pesquisa quantitativa vem para complementar a busca pelas informações que não podem ser identificadas com o método qualitativo, abordando as questões quantificáveis, com procedimentos estruturados e centrada na objetividade (FONSECA, 2002). Optamos por adotar como procedimento o estudo de caso, que de acordo com Gil (2002, p. 54) “Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. Para o mesmo autor, possui diferentes propósitos, tais como: “explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos” e; “descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação” (GIL, 2002, p. 54).

O estudo de caso é um elemento importante na pesquisa qualitativa, pois é com ele que se produz uma construção teórica de qualidade, independentemente da quantidade conferida ao processo estudado (GONZÁLEZ REY, 2002). Através do estudo de um elemento único, nesse caso a RPPN Ninho do Corvo, serão obtidas informações precisas que, embora não generalizáveis, poderão representar a realidade do objeto pesquisado, afinal conforme afirma Gil (2002, p. 55)

os propósitos do estudo de caso não são os de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas sim o de proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados.

Para melhor entender os significados e elementos não quantificáveis, optamos por realizar a entrevista, que nos permite adquirir um conhecimento subjetivo, expresso de forma única e espontânea. Foram entrevistados: o proprietário da RPPN; os funcionários fixos e temporários, alguns deles se

enquadrando como duplamente entrevistados, visto que são moradores do entorno; duas propriedades turísticas próximas; os turistas que estiverem presentes nos momentos de pesquisa; o poder público e; dois estudantes de graduação que realizam estágio no empreendimento.

Foi aplicada a entrevista semiestruturada, composta de perguntas abertas e fechadas seguindo o método *survey*, recomendado para situações em que se pretende responder questionamentos do tipo: o quê, por que, como e quanto. Esse método foi aplicado considerando o tipo descritivo, com corte-transversal, que busca coletar os dados em um único momento, sem necessidade de analisar as variáveis ao longo do tempo (FREITAS *et al*, 2000).

Através do método *survey*, nas entrevistas pretendeu-se mensurar os valores econômicos e sociais, principalmente quando queremos identificar o desenvolvimento das famílias, em questões financeiras e de qualidade de vida.

3.2 LOCAL E PERÍODO DO ESTUDO

A pesquisa foi desenvolvida na RPPN Ninho do Corvo, no município de Prudentópolis, entre os meses de julho de 2015 e maio de 2016.

3.2.1 O município de Prudentópolis

Prudentópolis está localizado na região sudeste paranaense, cerca de 207 km de Curitiba. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), somava uma população de 48.792 habitantes, desse total quase 54% residia no meio rural (26.329 pessoas). A área territorial é de 2.236,579 km², resultando em uma densidade demográfica de 21,14 habitantes por km².

O território pertencente ao bioma mata atlântica, possuindo clima temperado subtropical, com verões frescos e fortes geadas durante o inverno. Por estar posicionado na transição entre o Segundo e o Terceiro Planalto Paranaense, o relevo apresenta altitudes que variam consideravelmente, conforme quadro 3:

Quadro 3 - Variações de altitude no município de Prudentópolis

ALTITUDE	REGIÃO DO MUNICÍPIO	PLANALTO
480 a 740	Norte	Segundo
740 a 910	Sul	Segundo
910 a 1170	Oeste	Terceiro

Fonte: Prefeitura Municipal de Prudentópolis, 2015. Org.: a autora

O fato de o relevo apresentar declives acentuados influenciou na formação dos rios da região, acarretando em vales profundos e *canyons* originados pelos processos exógenos de modelação de tal relevo, tendo relação direta com as dezenas de cachoeiras gigantes localizadas no município. Conseqüentemente, tornando o município propício para a prática de atividades de aventura. Ainda referente à hidrografia, Prudentópolis é banhado por diversos rios, dentre os quais se destacam o Rio São João, o Rio dos Patos, Rio Anta Gorda e Rio Barra Grande.

O município de Prudentópolis foi o que mais recebeu imigrantes oriundos da Ucrânia na época da colonização, sendo conhecida como “Pequena Ucrânia” e “Ucrânia brasileira”, e tendo cerca de 80% de sua população com essa descendência (EMBAIXADA DA UCRÂNIA NO BRASIL, 2016).

Atualmente, a população prudentopolitana mantém as tradições de seu povo, através da língua falada por todas as idades na cidade e no interior, danças e cantos, artesanatos, dos ritos religiosos e as dezenas de igrejas no estilo bizantino, a comida típica e outras representações encontradas no Museu do Milênio (PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS, 2015).

O município tem na agricultura a maior fonte de geração de renda, principalmente com as culturas do fumo e feijão preto, grãos além de bovinos, suínos e outras opções. De acordo com dados do IBGE (2010) (Quadro 4), destaca-se a cultura do feijão preto, que por sua vez deu o título de “Capital Nacional do Feijão Preto” à Prudentópolis, tendo no dia 12 de agosto a festa típica juntamente com o aniversário da cidade.

Quadro 4 - Produtos da economia de Prudentópolis

	Hectares plantados	Valor da produção
FEIJÃO	28.600	R\$ 70.323,00
SOJA	23.410	R\$ 68.546,00
FUMO	4.400	R\$ 58.206,00
MILHO	19.870	R\$ 45.699,00

Fonte: IBGE (2010)

Outro segmento que gera renda para o município de Prudentópolis é a atividade turística. São dezenas de atrativos naturais, culturais e religiosos. O início dessa atividade se deu por volta de 1990, quando “publicações de abrangência nacional levaram o município a ser chamado de “Terra das Cachoeiras Gigantes”. Com a chegada de turistas, aparecem os primeiros condutores de turismo, em grupos organizados” (PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS, 2009, p. 14). Foram inaugurados vários empreendimentos relacionados ao setor, como hotéis, pousadas, agência de turismo.

Aos poucos o município foi desenvolvendo políticas para o turismo e a comunidade interessada se organizou para debater e buscar alternativas para o segmento, através da criação Conselho Municipal de Turismo e das ações realizadas pela Secretaria Municipal de Turismo. É investido na promoção de eventos locais, como seminários, palestras e cursos, além de participações regionais e estaduais divulgando os atrativos de Prudentópolis, como no Festival de Turismo das Cataratas, promovido em Foz do Iguaçu.

Não há registros significantes da demanda turística no município nem da renda gerada com a atividade. Entre os atrativos e recursos turísticos divulgados pelo município, através da Secretaria de Turismo e do Centro de Informações Turísticas, têm destaque as cachoeiras, tais como as do quadro 5, a seguir:

Quadro 5 – Principais atrativos naturais de Prudentópolis

ATRATIVO	ALTURA DA QUEDA D'ÁGUA	DISTÂNCIA DO CENTRO
Salto São Francisco	196 metros	50 km
Salto São Sebastião	126 metros	29 km
Salto Millot	120 metros	29 km
Saltos Gêmeos	100 e 110 metros	30 km
Salto São João	84 metros	22 km
Salto Sete	77 metros	16 km
Salto Barão do Rio Branco	64 metros	14 km
Cachoeira Ninho do Corvo	60 metros	25 km
Salto Manduri	32 metros	12 km
<i>Cânion Barra Bonita</i>		25 km
<i>Cânion do Rio dos Patos</i>		12 km
<i>Cânion do Rio São João</i>		22 km

Fonte: Prefeitura Municipal de Prudentópolis. Org.: a autora

Figura 3 – Salto São Francisco



Fonte: a autora

Figura 4 – Salto São Sebastião



Fonte: a autora

Figura 5 – Salto Millot



Fonte: a autora

Figura 6 – Salto São João



Fonte: a autora

Figura 7 – Saltos Gêmeos



Fonte: www.inforturprudentópolis.com.br

Figura 8 – Salto Sete



Fonte: Pousada Salto Sete

Figura 9 – Salto Barão do Rio Branco



Fonte: a autora

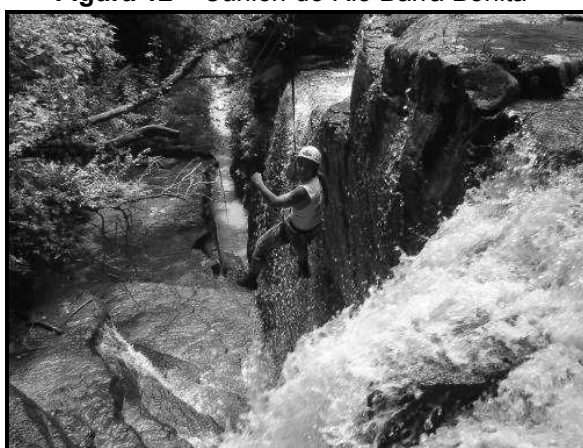
Figura 10 – Cachoeira Ninho do Corvo



Fonte: Plano de Manejo RPPN Ninho do Corvo

Figura 11 – Salto Manduri

Fonte: a autora

Figura 12 – *Cânion* do Rio Barra Bonita

Fonte: www.webventure.com.br

Figura 13 – *Cânion* do Rio dos Patos

Fonte: a autora

Figura 14 – *Cânion* do Rio São João

Fonte: a autora

O Inventário da Oferta Turística de Prudentópolis apresenta outras cachoeiras e atrativos naturais de interesse turístico de menor porte, porém existem dezenas de outras cachoeiras que não são exploradas devido à falta de acesso.

A figura 15 consiste em parte do *folder* turístico disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Prudentópolis e nele é possível visualizar a localização das principais cachoeiras do município:

3.2.2 Caracterização da RPPN Ninho do Corvo

A escolha pela RPPN Ninho do Corvo se deu por ser uma propriedade que se propõe a desenvolver a atividade turística, principalmente as práticas de aventura, por ser um espaço de conservação da natureza, que busca aliar sustentabilidade, lazer e geração de empregos.

Localizada na Linha Paraná, a 25 km do centro do município de Prudentópolis (Figura 16), a propriedade hoje conhecida como uma Reserva Particular do Patrimônio Natural foi adquirida em 2002 e no dia 05 de dezembro de 2007, a RPPN foi criada legalmente, reconhecida a nível estadual pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), com 10,59 hectares de mata preservada (RPPN NINHO DO CORVO, 2009). A seguir (Quadro 6), é possível visualizar o percurso feito para chegar à RPPN, considerando um retângulo envolvente com as seguintes coordenadas:

Figura 16 – Localização da RPPN Ninho do Corvo



Fonte: Google Earth (adaptado).

Quadro 6 – retângulo envolvente da localização da RPPN Ninho do Corvo

X1: 713801	X2: 714201
Y1: 7188725	Y2: 7189777

Fonte: os autores

Pertence ao Modelo C⁶, onde é permitido desenvolver atividades de proteção ambiental, pesquisa científica com “fins conservacionistas, educação, treinamento, capacitação, restauração e recuperação ambiental” (IAP, 2009, p. 21) e atividades de recreação e turismo sustentável.

Na figura 17 é possível identificar o zoneamento feito na área estudada, identificando o uso de cada parte da propriedade, sendo: (A) onde há as estruturas físicas e recepção; (B) zona de visitação e; (C) zona de proteção.

Figura 17 – Área delimitando a RPPN



A – Estruturas físicas, tirolesa, etc.	Coordenadas UTM
B – Zona de visitação	Longitude - 51.112741°
C – Zona de proteção	Latitude -25.064659°

Fonte: Google Earth. Adaptado.

Pertence ao bioma mata atlântica e com o ecossistema caracterizado como floresta ombrófila mista com formação montana⁷, possui o clima subtropical úmido, com chuvas frequentes e temperaturas superiores a 25° no verão e com geadas no inverno. A flora é rica em variedades de espécies, destacando a *araucária*

⁶ Este modelo aplica-se às RPPN's que desenvolvem as atividades propostas nos modelos A e B, além de um turismo com acessibilidade. O Ninho do Corvo recebe grupos de deficientes auditivos e visuais para desenvolver atividades de aventura de forma segura e direcionada. Nesse modelo, o “grau de restrição de uso dos recursos é inversamente proporcional aos impactos negativos causados, ou seja, quanto menos restritivo for o uso aumenta a probabilidade de que os impactos decorrentes de seu uso serão inevitáveis” (IAP, p, 21).

⁷ É uma formação, encontrada atualmente em poucas reservas particulares e no Parque do Iguaçu, na região Sul, e que ocupava quase que inteiramente o planalto acima dos 500 m de altitude (LABORATÓRIO DE MANEJO FLORESTAL, 2015).

angustifolia, que produz o pinhão e é popularmente conhecida como pinheiro do Paraná (RPPN NINHO DO CORVO, 2009).

A fauna é composta por dezenas de espécies como: anfíbios, aves, mamíferos terrestres (quati, esquilo, paca), voadores (morcegos) e lepidópteros (borboletas). Essa variedade aumenta a importância de preservar o meio ambiente e as áreas de proteção particulares são opções cada vez mais comuns.

O terreno possui declividades acentuadas e antes da aquisição, a área era utilizada na produção agrícola, com o uso de queimadas para limpar o solo, degradando-o e alterando características naturais do mesmo (RPPN NINHO DO CORVO, 2009).

A prática de atear fogo à vegetação é comum na região, mas muitas vezes essas atitudes são feitas indiscriminadamente, “causando danos ao solo, como a eliminação de nutrientes essenciais às plantas. As queimadas também trazem uma série de prejuízos à biodiversidade, a dinâmica dos ecossistemas e a qualidade do ar” (EMBRAPA, 2015, s. p.).

A RPPN está localizada no segundo Planalto paranaense, subunidade Planalto de Prudentópolis, que de acordo com a caracterização do Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR), possui topos aplainados, vertentes convexas e vales em forma de V aberto. Nessa subunidade, a altitude varia entre 580 a 1.040 metros do nível do mar e possui uma área total de 2.628 km² (MINEROPAR, 2006).

A propriedade é banhada pelo Rio Barra Bonita, pertencendo à Bacia do Rio Ivaí. Além de duas nascentes possui algumas cachoeiras em sua área preservada, como a Cachoeira Ninho do Corvo, Cachoeira do Funil, Salto Boqueirão, Cachoeira Água Verde, se apresentando como atrativos naturais de valor significativo (RPPN NINHO DO CORVO, 2009).

3.2.2.1 Equipamentos e serviços da RPPN Ninho do Corvo

Em relação ao uso turístico da propriedade, o empreendimento oferece ao visitante algumas trilhas, cachoeiras, *canyons* e atividades de recreação, como a tirolesa, *rapelesa*⁸ e *convolesa*⁹. Em parceria com cooperativas do estado do Paraná,

⁸ Consiste em uma plataforma de saída feita em madeira, mesclando rapel com tirolesa guiada. Possui 50 metros de extensão e 60 metros de altura sobre o Canyon Barra Bonita.

desenvolve treinamentos vivenciais, que além de ser uma atividade rentável se encaixa como uma forma de contornar a variação de sazonalidade, visto que o fluxo de turistas é muito maior nos períodos quentes do ano. O empreendimento também oferece hospedagem e alimentação.

Possui duas opções hospedagem, sendo que uma delas foi inaugurada no corrente ano. Ambas são de estilo rústico, com toques modernos e delicados. A Cabana Tilcara (Figura 18 e 19) acomoda até 6 pessoas e o Apartamento Ninho é possível alojar até 4 pessoas (Figura 20 e 21).

Figura 18 – Cabana Tilcara A



Fonte: RPPN Ninho do Corvo

Figura 19 – Cabana Tilcara B



Fonte: RPPN Ninho do Corvo

Figura 20 – Apartamento Ninho A



Fonte: RPPN Ninho do Corvo

Figura 21 – Apartamento Ninho B



Fonte: RPPN Ninho do Corvo

As atividades de recreação são desenvolvidas por guias treinados “para exercer as suas funções e os equipamentos utilizados são certificados pelos órgãos competentes, garantindo o máximo de segurança” (RPPN NINHO DO CORVO, 2009, p. 55).

⁹ É uma atividade que consiste em um cabo de aço de 140 metros, com um desnível de 25 metros pelo Canyon Barra Bonita. Em outras palavras, uma tirolesa controlada por um condutor capacitado, em que o turista desce em um cabo de aço sob o Canyon, com a Cachoeira Barra Bonita ao fundo.

O empreendimento possui infraestrutura física completa e, através de planejamento constante tanto na parte administrativa quanto ambiental, desenvolve as atividades de forma sustentável e ecológica, fomentando o desenvolvimento do turismo local e agregando valor à propriedade.

3.3 PARTICIPANTES DO ESTUDO

Na pesquisa qualitativa não é a definição de um grande grupo de pessoas que determinará a amostra a ser pesquisada e, conseqüentemente, os processos de construção do conhecimento. “O pesquisador qualitativo define os grupos em função das necessidades que vão aparecendo no transcorrer da pesquisa”, variando conforme as informações já coletadas (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 110).

A pesquisa foi feita com uma amostra não probabilística por conveniência, em que o pesquisador julgou se era necessário incluir novos elementos na pesquisa (MATTAR, 1994). Inicialmente seriam entrevistados: o proprietário da RPPN; os 2 funcionários que trabalham fixos cuidando do local e também exercem a função de guias das atividades de aventura; a cozinheira (e mais 2 pessoas que ajudam nos dias de maior movimento); os funcionários temporários que variam conforme a demanda (cerca de 6 pessoas). Portanto, entrevistar-se-ia 12 pessoas ligadas diretamente com o funcionamento da RPPN.

No entanto, ocorreram alguns pequenos contratemplos e ajustes e. Na época das entrevistas um *freelancer* de atividades de aventura estava em transição e se tornando fixo, aumentando para 3 o número de funcionários fixos envolvidos com as atividades práticas. Em relação aos *freelancers* das atividades de aventura, obtive o contato de 3, mas apenas 1 deles foi encontrado para realizar a entrevista. Os outros 2, mesmo após duas tentativas de contato, não foram entrevistados em virtude de perceber-se que não estavam dispostos a participar da entrevista, alegando que teriam compromissos e não conseguiriam participar. Foram entrevistadas 3 *freelancers* da cozinha e não 2 como previsto, além da funcionária fixa. Então, no total foram abordados 8 funcionários (4 fixos e 4 temporários).

Durante o andamento da pesquisa e das visitas a campo, foram inclusos mais dois estagiários nas entrevistas. Nos treinamentos vivenciais que ocorrem, a RPPN Ninho do Corvo conta com o auxílio de dois acadêmicos do curso de turismo da

UNICENTRO, *campus* Irati. Dessa forma, foram inclusos para que se possa analisar a relação do empreendimento com o desenvolvimento da educação, da inserção no mercado de turismo, proporcionando experiências práticas no mercado de trabalho.

Em termos de comunidade local, sabe-se que alguns funcionários também são moradores do entorno. Portanto, foram entrevistados duplamente, explorando situações enquanto funcionários e enquanto moradores.

Para complementar as informações acerca do entorno, foram entrevistados 2 proprietários de empreendimentos turísticos nas redondezas, acreditando haver ligação entre a demanda das propriedades e que a presença de um auxilia no desenvolvimento das atividades da outra empresa.

Para complementar as informações e obter opiniões diferentes, abordou-se 10 visitantes e aventureiros presentes na RPPN nos dias de visitas. Salientamos que as entrevistas de turistas foram feitas em 3 dias diferentes e que no último dia estava sendo desenvolvido um treinamento vivencial, portanto, há respostas iguais em diversos momentos.

Estava prevista a abordagem de 2 representantes do poder público, ligados à Secretaria de Turismo de Prudentópolis, com o intuito de verificar as ações realizadas para fomentar o turismo nos últimos 5 anos. Acreditou-se que era necessário abordar duas pessoas, visto que houve substituição de funcionários e ambas têm conhecimentos específicos de seus respectivos períodos. Porém, um dos pretendidos não foi localizado, depois de 4 tentativas por meios diferentes.

Ao todo foram realizadas 4 visitas para entrevistar os turistas, funcionários e o proprietário. Para o representante do poder público, devido à agenda sempre lotada e desencontros para a entrevista, optou-se por encaminhar os questionamentos por e-mail, juntamente com o TCLE (Apêndice G). Os dois estagiários foram abordados no ambiente acadêmico da UNICENTRO.

Portanto, foram entrevistadas 24 pessoas, sendo: 10 turistas; 4 *freelancers*; 4 funcionários fixos; 2 estagiários; 2 empreendedores vizinhos; 1 proprietário e; 1 representante do poder público.

3.4 PROCEDIMENTOS

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, buscando o embasamento teórico necessário para proporcionar melhor abordagem dos conteúdos que se relacionam com o objeto de estudo. Entre esses conteúdos destacam-se temas como as RPPN, o Ninho do Corvo e as atividades de aventura.

A pesquisa documental, principalmente tendo como referência o Plano de Manejo¹⁰, permitiu conhecer detalhadamente o histórico da propriedade, o planejamento interno e as ações voltadas para as atividades de aventura (rapel, tirolesa, rapelesa e corvolesa), permitiu alcançarmos o primeiro objetivo, descrito no tópico de resultados: *“Identificar quais atividades são desenvolvidas na RPPN Ninho do Corvo em Prudentópolis”*.

A etapa de levantamento de dados é caracterizada por Marconi e Lakatos (2003, p. 174) como a “fase da pesquisa realizada com o intuito de recolher informações prévias sobre o campo de interesse”, e para isso, usou-se fontes primárias (documentais) e secundárias (bibliográficas).

As fontes primárias são restritas à documentos e materiais elaborados pelo próprio pesquisador, ou compilados por ele, tais como: questionário, entrevistas, gravações em áudio e vídeo, relatos, diários, etc. Para essa pesquisa, foram coletados dados primários através de instrumentos como fotos, entrevistas e observações em campo.

As secundárias abrangem toda a bibliografia publicada em livros, jornais e tem como finalidade proporcionar o contato direto do pesquisador com tudo o que já foi falado, escrito ou filmado sobre o assunto.

Foi realizada uma visita na RPPN, verificando a disponibilidade e aceitação em realizar a pesquisa. Obtivemos posicionamento positivo e seguimos com novas visitas, a fim de conhecer melhor o ambiente e ter maior contato com os funcionários.

¹⁰ O plano de manejo da RPPN Ninho do Corvo é um documento técnico que segue as orientações do Roteiro Estadual para Elaboração de Planos de Manejo, proposto pelo IAP em agosto de 2009. Assim, o presente documento apresenta o histórico da RPPN Ninho do Corvo, o diagnóstico contemplando os meios abióticos, bióticos e antrópicos e o planejamento proposto para a RPPN, com o zoneamento e os programas de manejo” (RPPN NINHO DO CORVO, 2009, p. 13).

Em relação aos instrumentos de coleta de dados, teve-se a pretensão de ser breves, porém específicos, buscando as informações pertinentes, registrando em mídia digital e fazendo as anotações necessárias em diário de campo.

Optou-se por realizar a entrevista semiestruturada visto que essa técnica é considerada por Minayo (2010, p. 108) como um método de coletar informações “ao nível mais profundo da realidade que os cientistas sociais costumam denominar “subjetivos”. Só podem conseguir com a contribuição dos atores sociais envolvidos”. Partiu-se de certos questionamentos básicos de interesse da pesquisa, dando a oportunidade do entrevistado falar livremente, o que nos levou a elaborar novos questionamentos e, dessa forma, interagir com ele, propiciando o surgimento de fatos e informações relevantes não previstas, enriquecendo a coleta de dados.

As informações foram gravadas em dispositivo eletrônico, *Samsung Galaxy J2, versão android 5.1.1*. A transcrição foi feita pela pesquisadora, que em posse do áudio original, ouviu as falas e as digitou em documento do *Microsoft Word*.

Para González Rey (2002, p. 97), no processo de coleta de dados “o curso da produção de informação é, simultaneamente, um processo de produção de ideias em que toda nova informação adquire sentido para a pesquisa”. Portanto, conforme as informações foram surgindo nas entrevistas e a pesquisadora foi reunindo e agrupando-as, soube-se se havia a necessidade de novas entrevistas.

Dando continuidade à essa caracterização, foram levantadas informações junto ao proprietário (Apêndice A). Abordamos assuntos como: quais atividades são desenvolvidas na RPPN; como é o funcionamento da propriedade; se oferece cursos de capacitação e assistência aos funcionários, se há programas de educação ambiental, entre outras questões. Dessa forma, buscou-se cumprir o terceiro objetivo da pesquisa: “*Verificar o perfil dos colaboradores da RPPN Ninho do Corvo e as ações de capacitação oferecidas para eles*”.

Através dessa entrevista e dos dados coletados no Plano de Manejo, foi possível caracterizar a propriedade e o desenvolvimento da atividade turística. Essas ações foram necessárias para conhecer a RPPN, começando pelo histórico da área; quais atividades eram desenvolvidas inicialmente e quais são na atualidade; infraestrutura, potencialidades; situações conflitantes.

Questionou-se sobre a atividade turística: comercialização; operacionalização; existência e capacitação de condutores nas atividades ofertadas; ações conservacionistas e consciência ambiental, quantidade de visitantes por ano.

Por fim, envolvendo alguns funcionários que são moradores do entorno, tentou-se verificar como era a realidade deles antes de ser aberta a RPPN; o que mudou nesses últimos anos, a aceitação e cooperação para com o desenvolvimento das atividades e recebimento de visitantes; geração de renda com venda de alimentos, artesanatos e outros itens; geração de empregos.

Os funcionários responderam à entrevista na função de empregados do estabelecimento e como moradores do entorno (Apêndice B). Dessa forma, acreditou-se ser possível detectar a visão dos entrevistados tanto no âmbito interno, como sendo funcionários além de indagar os comentários deles a respeito de como era a comunidade, a família antes e depois da instalação da RPPN. Essa ação respondeu o segundo objetivo: *“Analisar a influência econômica e social que a demanda turística proporciona na geração de renda e empregos na RPPN Ninho do Corvo em Prudentópolis e no seu entorno”*.

Foram abordados os empreendedores turísticos vizinhos, questionando sobre a demanda que trafega entre um atrativo e outro, buscando confirmar se há esse complemento de visitação por parte dos turistas e se há uma sinergia entre as propriedades, de forma que uma auxilie na divulgação da outra (Apêndice C).

Os turistas responderam sobre sua viagem, as motivações, tempo de permanência no atrativo e no município, se havia interesse em visitar o entorno, se acreditavam que o fato de ter atividades de turismo dentro da RPPN auxiliava no desenvolvimento do entorno, entre outras questões (Apêndice D).

O poder público desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do turismo, pois é a partir dele que as estradas são mantidas e são desenvolvidas outras ações de infraestrutura que afetam diretamente o turismo, tais como sinalização e divulgação. Portanto, pretendeu-se entrevistar duas pessoas ligadas à Secretaria de Turismo do município, porém apenas 1 foi encontrada (Apêndice E).

Por fim, os estagiários foram relacionados com questões de educação e relação do estágio com as disciplinas da graduação, oportunidade de trabalho e pesquisa científica, investigando o interesse em desenvolver pesquisas sobre o empreendimento (Apêndice F).

De posse destas informações, foi possível identificar a realidade dos proprietários do entorno; conhecer as potencialidades e ações desenvolvidas pela RPPN; verificar se ocorreu ou está ocorrendo algum desenvolvimento na comunidade, seja por meio de melhorias nas vias de acesso, seja por meio de

criação de empregos, ou outras fontes; apontar ações e estratégias de melhoria e, se necessário, a interação entre poder público e comunidade em prol do desenvolvimento comunitário.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

As entrevistas foram elaboradas de acordo com o roteiro pré-estabelecido, porém cientes que na pesquisa qualitativa há a flexibilidade de mudanças e adaptações de acordo com o andamento das atividades.

Posteriormente, as entrevistas gravadas foram transcritas para o editor *Microsoft Word*. Foram feitas leituras diversas e posteriormente os dados obtidos em campo foram analisados.

Para tratar as informações, utilizamos a técnica de análise de conteúdo, visto que se aplica tanto para a pesquisa quantitativa quanto para a qualitativa. Consiste em um conjunto de técnicas utilizadas para analisar as comunicações (BARDIN, 1977). A análise de conteúdo permite descobrir o que “*está por trás dos conteúdos manifestos*”, buscando o que está além das falas dos entrevistados (MINAYO, 2010, p. 74) (grifo da autora).

Para desenvolver a análise de conteúdo, proposta por Minayo (2010), o processo foi dividido em fases:

1. Pré análise - consistiu na organização do material. Observando os objetivos propostos, foram definidas as unidades de registro, ou seja, os elementos obtidos através da leitura inicial, podendo ser palavras chaves ou temas.

Importante frisar que nessa fase, apenas as respostas dos funcionários e turistas passaram por esse processo de agrupamento, visto que as demais respostas eram em menor número, não havendo necessidade de tal procedimento. Optou-se por trabalhar com temas, agrupando algumas respostas descritivas por similaridade, tais como: na questão 10 aplicada aos funcionários, usou-se o termo “bom” e “importante”. Na questão 11, priorizou-se os termos: “bom”, “divertido”, “conhecer pessoas”. Por fim, na questão 12, surgem palavras como “economia” e “movimento”.

Em relação às entrevistas com os turistas, na questão 4 utilizou-se de “roteiro de cooperativas”, “natureza” e “atividades de aventura”. Já na questão 5, os termos

mais destacados foram “treinamentos” e “sair da cidade”, relacionado a estar em contato com a natureza.

Nessa fase foi definida também a unidade de contexto, situando o momento ao qual a mensagem faz parte. Identificar trechos relevantes das entrevistas e separar em categorias de análise se caracteriza como importantes ferramentas para essa fase, auxiliando na organização do material coletado.

2. Exploração do material - a segunda fase foi a mais longa e exaustiva, pois é necessário ler várias vezes o mesmo material, com visões diferentes buscando aplicar o que foi definido na fase anterior.

3. Tratamento dos resultados obtidos e interpretação - nas pesquisas qualitativas, essa fase se dedica a tentar identificar as informações subjacentes, se voltando pela busca de conteúdos ideológicos ou outras denominações características do fenômeno estudado. Por essa pesquisa ser também quantitativa, não se deve deixar de lado as questões estatísticas a serem analisadas.

Na análise de conteúdo, as informações originais são fragmentadas, analisadas, detalhadas e depois são reagrupadas para concretizar o processo de interpretação (GONZÁLEZ REY, 2002).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

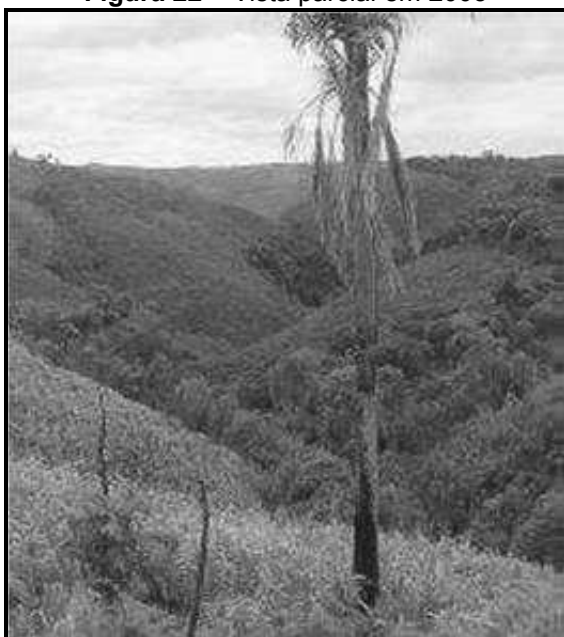
4.1 HISTÓRICO DA PROPRIEDADE E O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

Faz-se necessário explanar sobre o histórico da RPPN Ninho do Corvo, visto que passou por um processo de recuperação ambiental e a maneira como as atividades atuais são executadas refletem a preocupação com a preservação ambiental. Para tanto, falar-se-á sobre a entrevista realizada com o proprietário do empreendimento.

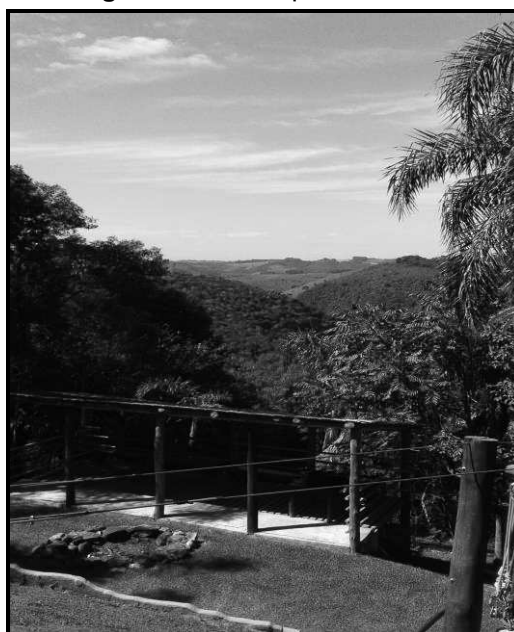
Observou-se o comprometimento com a preservação da RPPN, a manutenção dos ambientes naturais, de forma harmônica e organizada, bem como o envolvimento do proprietário e funcionários com o bom andamento das atividades desenvolvidas, mais especificamente com as questões de segurança na tirolesa, na *corvolesa*, na *rapelesa* e nas trilhas.

Após a mata nativa se recuperar e cobrir de verde toda a área degradada, o processo de erosão foi revertido e o solo preservado, reestabelecendo a qualidade e a capacidade de reproduzir. Por ter as árvores novamente, em alguns pontos da propriedade ressurgiram as nascentes d'água, antes secas por falta de vegetação no entorno.

Na figura 22 é possível verificar a recuperação de parte da vegetação alguns anos após a aquisição do terreno, onde era desenvolvida a lavoura. Na figura 23, uma vista atual do mesmo ponto de observação, porém hoje com a mata desenvolvida e a instalação da plataforma onde os turistas são equipados para iniciar as atividades de rapel e tirolesa.

Figura 22 – Vista parcial em 2003

Fonte: RPPN Ninho do Corvo

Figura 23 – Vista parcial em 2016

Fonte: acervo pessoal

O fato de se tornar uma área de preservação foi o desencadeador dessa recuperação ambiental, que por sua vez representa um benefício direto da criação da RPPN. Por meio dessa recuperação, muitas outras ações foram desenvolvidas ou aconteceram espontaneamente, como a volta de espécies nativas, de animais diversos e restauração de nascentes d'água por meio da presença da mata.

O proprietário não possui formação acadêmica em turismo e na época da aquisição da propriedade trabalhava, e ainda continua, com expedições, viajando, fotografando e publicando em um *site* as experiências vivenciadas em diversos estados e países da América do Sul. Cerca de dois anos antes de adquirir o terreno, o proprietário viajou para Bonito (MS) e percebeu que a experiência turística desenvolvida lá era algo interessante, com propriedades particulares oferecendo produtos turísticos bem definidos, conseqüentemente, havia demanda e desenvolvimento.

Em viagem para o interior do município de Prudentópolis, mais especificamente a região da Linha Paraná, questionou uma moradora da existência de áreas para a venda, “mas sem muitas pretensões”. Havia justamente a área do *canyon*, onde hoje é a RPPN.

Para fazer a adequação da propriedade foi necessário um longo período de trabalho e espera. O fato do uso anterior ter sido com lavoura e através de queimadas, fez com que a natureza demorasse mais tempo para se recuperar. O

espaço onde hoje existe a casa sede (onde os proprietários se alojam nos dias que estão na RPPN) e o quiosque com a plataforma de lançamento da tirolesa (Figura 24) era completamente limpo, sem nenhuma vegetação. Havia apenas raízes de árvores e as que estavam em pé, haviam sido queimadas. Parte dessa descrição pode ser visualizada a seguir, onde há destaque para as palmeiras sobreviventes, com o tronco ainda visivelmente maltratado pelo fogo.

Figura 24 – Antiga área de lavoura, com os troncos de árvores queimados



Fonte: acervo pessoal

Não existia estrutura física na propriedade e foram necessários dois anos para construir a casa sede (Figura 25). Não havia energia elétrica e os recursos financeiros eram pequenos. Portanto, o proprietário considera que “foi um processo de construção, mas também foi legal, porque foi um processo de amadurecimento das ideias”, pois se tivesse dinheiro disponível para fazer tudo em um curto espaço de tempo, poderia ter saído tudo errado.

Figura 25 – Casa sede ao fundo

Fonte: acervo pessoal

Portanto, para o proprietário “foi um processo longo”, pois a área foi adquirida em 2002, a casa sede ficou pronta em 2004 e nesse mesmo ano foi aberto o CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) do empreendimento. As atividades de aventura começaram a acontecer no ano seguinte, apenas para amigos e sem cobrança de taxas, para a partir de 2008 e 2009 iniciar a oferta de serviços e produtos turísticos ao público.

Quando adquiriu a área já havia o intuito de promover o turismo na região. Com o passar do tempo e o amadurecimento pessoal e de algumas ideias, foi colocado em prática, até porque seu terreno ondulado não permitia muitas possibilidades de uso. E isso foi feito. Sem muito planejamento, mas com uma grande vontade de “querer fazer”.

O proprietário foi questionado pela pesquisadora sobre o motivo de criar uma área de preservação ambiental, aliando ao turismo. Inicialmente, “para deixar alguma coisa para a posteridade”. Mesmo que a propriedade seja vendida a área de proteção não poderá ser desfeita, pois a legislação referente às RPPNs não permite, fazendo com que as árvores que lá estão sejam preservadas.

Uma segunda motivação para a abertura da RPPN foi por acreditar que o título de área preservada eleva o *status* da propriedade, sendo utilizado até como *marketing*, pensando turisticamente. Ou seja, o fato de um turista se deslocar para uma Reserva Particular é algo mais grandioso do que simplesmente dizer que estará visitando uma chácara, um sítio, uma pousada, por exemplo.

Alia-se isso à necessidade de capacitação, contratação e treinamento para que os colaboradores tenham essa mesma visão, consciência e saibam repassar aos visitantes a importância de preservar e manter uma relação de respeito com o meio ambiente.

Portanto, de acordo com o proprietário “é caso de juntar o útil ao agradável. Mas basicamente foi pensando nisso: preservar, deixar um legado e aumentar o *status* da área, pensando no turismo”.

O resultado assemelha-se à outra pesquisa realizada em 2009, buscando as motivações para criação de RPPN's no estado do Mato Grosso do Sul, Pellin e Ranieri obtiveram que 68% de seus entrevistados apresentaram entre 2 e 6 motivações, sendo que as motivações ligadas à conservação de espécies ou ecossistemas, proteção de recursos hídricos e satisfação pessoal figuram como os itens mais mencionados (PELLIN e RANIERI, 2009).

Ainda, semelhante à mesma pesquisa de comparação, em que o fator econômico foi decisivo para 55% dos proprietários mato-grossenses entrevistados, sendo que atividades de turismo foram destacadas por 12% dos entrevistados, fica evidente a preocupação da RPPN Ninho do Corvo em preservar com foco na sustentabilidade, de forma que as gerações futuras tenham acesso à uma parcela de mata na sua forma mais pura. Dessa forma, evidencia-se que proteção ambiental e atividade econômica caminham lado a lado no objeto de estudo dessa pesquisa.

Questionado sobre quais as maiores facilidades encontradas no decorrer dos anos em relação à área que hoje é uma RPPN, obteve-se que a aquisição foi a parte mais fácil de todo o processo e que as etapas de construção e crescimento foram prazerosas. Mas por outro lado, as dificuldades pelo caminho foram e continuam sendo visíveis, entre elas a falta de financiamento. Todas as obras e instalações feitas no empreendimento foram com recursos próprios e, como salientado pelo proprietário, “a dificuldade sempre é dinheiro”.

A falta de financiamento e apoio externo com recursos dessa natureza torna-se um empecilho, que muitas vezes, acabar por paralisar o desenvolvimento de um empreendimento.

Em segundo lugar têm-se as dificuldades em criar uma demanda para o lugar. O município de Prudentópolis tem potencial e diversos recursos turísticos, porém não está consolidado no setor de turismo. Diferente de Foz de Iguaçu (PR) e Bonito

(MS) que a demanda de turistas é enorme e espontânea, na nossa região interiorana e pouco desenvolvida é necessário buscar os turistas.

O fato de ter que procurar turistas é uma das maiores dificuldades, pois é preciso criar opções de produtos e serviços para oferecer. Aliado a isso, há o fato de que o empreendimento atende mediante agendamento, preferencialmente grupos, pois se deixar as portas abertas para atender a demanda que estiver passando por ali, não seria vantajoso do ponto de vista econômico.

Segundo o proprietário, o turista que frequenta o Ninho do Corvo é diferenciado, pois muitas vezes ele se desloca para o município exclusivamente para conhecer a RPPN e praticar as atividades disponibilizadas. Isso ocorre principalmente com os grupos que participam das atividades vivenciais, por meio das cooperativas onde trabalham.

Outras dificuldades são mencionadas. Por ser uma RPPN o município recebe ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) Ecológico¹¹ e que deve ser revertido em ações junto às comunidades que abrigam as áreas especiais. Porém, o valor de repasse é pequeno e no empreendimento em questão esse recurso nunca foi aplicado, ao menos, não de forma direta.

Além disso, a RPPN sofre com ações ilegais que ocorrem no entorno, como queimadas e desmatamento. Ainda, até mesmo dentro de sua área, por meio da entrada de algumas pessoas com cães realizando caçadas. Essas pessoas adentram pelos limites físicos, distantes da área de recepção aos turistas e abatem animais silvestres presentes na área preservada, deixando para trás vestígios da presença indesejada.

Questionado sobre os possíveis benefícios que a preservação ambiental proporcionada pela RPPN gera à comunidade local, a resposta foi negativa. Segundo o proprietário, se considerar a proporção de área preservada e o tanto de “estrágos” nas redondezas, o efeito produzido pela RPPN acaba sendo insignificante. São apenas 8 hectares de RPPN, mas o total da área (25 hectares, ou seja, 250.000 m²) também pode ser considerado de preservação. Se observar o recorte de imagem aérea (Figura 26), pode-se perceber que parte das terras vizinhas são utilizadas para lavoura ou criação de animais.

¹¹ Instrumento de política pública que trata do repasse de recursos financeiros aos municípios que abrigam em seus territórios Unidades de Conservação ou áreas protegidas, ou ainda mananciais para abastecimento de municípios vizinhos. Disponível no site do IAP (<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=419>). Acesso em 13/05/2016.

Figura 26 – Vista área do entorno da RPPN

Coordenadas UTM Latitude -25.064659° Longitude -51.112741°

Fonte: Google Earth. Extraído em 15 de maio de 2016

O fato de ter esse espaço de mata preservada é sem dúvida um benefício, mas na visão do proprietário, talvez a maior contribuição seja por meio do exemplo deixado com a instalação da área de preservação.

Por mais que seja em proporção insignificante e considerada pelo proprietário como algo muito pequeno se comparar com o tanto de degradação que tem em volta, a RPPN contribui com a redução da emissão de gases poluentes, decorrente de queimadas e desmatamento. Durante a fotossíntese, as árvores removem o dióxido de carbono da atmosfera, auxiliando na diminuição desse gás, que causa o efeito estufa. Portanto, a recuperação da mata na RPPN beneficiou a qualidade do ar, o que é bom para a fauna, a flora, o solo e para a população.

Ainda há o fator de educação ambiental desenvolvido por ter um espaço de preservação. Embora não haja cursos específicos para os funcionários sobre isso, há uma série de atitudes diárias e práticas que são disseminadas na RPPN e que são absorvidas no dia a dia. Essas ações são levadas para a vida pessoal, para suas famílias e são praticadas também junto aos turistas, afinal é dever de todos auxiliar na preservação do meio ambiente. Dessa forma, conclui-se que houve e continua acontecendo modificações ambientais benéficas dentro da RPPN.

Compreende-se que o processo natural de transformação em uma área de UC acarreta inúmeras modificações benéficas, principalmente no âmbito ambiental.

Porém, ressalta-se o cuidado e dedicação que houve na RPPN Ninho do Corvo em desenvolver esse processo da forma mais sustentável possível.

Em relação ao apoio recebido por parte do poder público, o proprietário é ciente que os órgãos governamentais não podem exercer atividades dentro da área particular. Em Prudentópolis, há uma colaboração por parte da prefeitura, fazendo a manutenção das estradas rurais, cascalhando e auxiliando com a sinalização turística, porém não há nenhuma outra ação específica do poder público diretamente para a área de preservação. As ações públicas são realizadas de forma limitada e cabe ao empresariado buscar melhorias para seus empreendimentos.

De modo geral, no quadro 7 é possível visualizar uma síntese das informações referentes ao histórico da RPPN Ninho do Corvo e alguns itens de interesse e relevância para o empreendimento:

Quadro 7 – Síntese da criação da RPPN

SITUAÇÃO	CONSEQUÊNCIA
Situação na época da aquisição (2002)	<ul style="list-style-type: none"> - Solo degradado - Vegetação escassa - Prática de queimadas - Cultivo de grãos e criação de animais
Início das obras (2002)	<ul style="list-style-type: none"> - Contratação de funcionário - Construção da casa sede e centro de visitante
Criação da RPPN (2008/2009)	<ul style="list-style-type: none"> - Recuperação da mata nativa - Recuperação de nascentes de água - Retorno de espécies da fauna e da flora - Preservar e deixar algo para a posteridade - Deixar um legado e aumentar o <i>status</i> da propriedade
Facilidades	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição do terreno - Construções, obras e preparos internos
Dificuldades	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de financiamentos - Criar uma demanda - Falta de repasse do ICMS ecológico - Ações ilegais no entorno (caça e queimadas) - Ações limitadas do poder público
Benefícios da criação da RPPN	<ul style="list-style-type: none"> - Preservação ambiental em pequena escala - Exemplo dado aos demais através da preservação - Melhoria na qualidade do ar - Volta de espécies da fauna e da flora - Educação ambiental

Fonte: Dados da entrevista com o proprietário. Org.: a autora

4.2 PERFIL DOS COLABORADORES DA RPPN NINHO DO CORVO E AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

Como mencionado em outros momentos, o empreendimento turístico Ninho do Corvo atende o público mediante agendamento. Eventualmente, como em dias

de feriado, o visitante que se deslocar sem reserva será atendido. A dinâmica de funcionamento interno para atender os turistas é variável. Existem 3 funcionários fixos (denominados de A, B e C) que estão diariamente na RPPN e são responsáveis por toda a manutenção. Dois deles estão há mais de 5 anos, portanto foram treinados para serem os condutores das atividades de aventura. O outro começou a trabalhar recentemente e auxilia em atividades que não envolvem o risco direto ligado ao turista, como por exemplo, lançar a pessoa na tirolesa.

Então, em dias normais com grupos pequenos de turistas, esses 3 funcionários e o proprietário são suficientes para desenvolver as atividades. Ainda, conta-se com a presença de uma cozinheira (funcionária D) que comparece toda vez que há turistas.

Quando há eventos grandes, alta temporada ou treinamento vivencial, com grupos que giram em torno de 40 pessoas ou mais, há o auxílio de *freelancers* tanto para as atividades práticas (geralmente 3 pessoas. Conseguimos entrevistar apenas 1, o funcionário H) quanto para o preparo das refeições (E, F e G). Portanto, em dias de maior movimento a RPPN Ninho do Corvo chega a ter 12 pessoas à disposição, para executar de forma eficiente todas as atividades programadas.

Foram abordados 8 funcionários, incluindo os 4 fixos (identificados como A, B, C, D) e os 4 *freelancers* (identificados como E, F, G, H). Os dados básicos de perfil destes estão destacados no quadro 8.

Quadro 8 – Dados básicos dos funcionários

	FUNCIONÁRIO	IDADE (anos)	LOCAL DE RESIDÊNCIA	TEMPO DE SERVIÇO
FIXOS	Funcionário A	45	150 metros	14 anos
	Funcionário B	31	18 km	6 anos
	Funcionário C	17	2 km	7 meses
	Funcionário D	52	120 km	14 anos
FREELANCERS	Funcionário E	45	2 km	7 meses
	Funcionário F	54	120 km	7 anos
	Funcionário G	16	150 metros	5 anos
	Funcionário H	24	17 km	3 anos

Fonte: a autora

A faixa etária dos funcionários da RPPN Ninho do Corvo varia entre 16 e 54 anos, sendo que 4 são mulheres (D, E, F, G) e auxiliam na cozinha e 4 são homens (A, B, C, H) que desenvolvem as atividades de aventura, a manutenção dos

equipamentos e estruturas, além de serem os próprios construtores dos espaços físicos como calçadas, bangalô de hospedagem, móveis rústicos, etc.

Destaca-se que do total de entrevistados, 4 pessoas (A, C, E, G) moram a uma distância de 2 km e se deslocam para trabalhar a pé, de bicicleta, moto ou carro. Isso evidencia a hipótese que o empreendimento estudado emprega moradores da comunidade, conseqüentemente, auxiliando o desenvolvimento.

Outras 2 funcionárias (D, F) que preparam as refeições residem em um município vizinho (cerca de 120 km), local de residência também do proprietário. Portanto, o deslocamento dos três é de forma coletiva, de carona. Dentre todos os funcionários entrevistados, 6 se deslocam de moto ou de carro para trabalhar.

Em relação ao tempo de trabalho, os funcionários A e D estão envolvidos desde o início, ou seja, a 14 anos. O funcionário F está há 7 anos, desde que iniciou as atividades de turismo e na sequência entraram os funcionários B, G e H, a 6, 5 e 3 anos, respectivamente.

Foram direcionadas algumas questões aos funcionários, que são moradores do entorno. Os dados coletados seguem no quadro 9.

Quadro 9 – Dados sobre a renda dos funcionários

FUNCIONÁRIO	RENDA	EXCLUSIVA DA RPPN
Funcionário A	Até 2 salários	Sim
Funcionário B	Até 2 salários	Não
Funcionário C	Até 1 salário	Não
Funcionário D	Mais de 3 salários	Sim
Funcionário E	Até 1 salário	Não
Funcionário F	Até 1 salário	Não
Funcionário G	Até 1 salário	Não
Funcionário H	Até 2 salários	Não

Fonte: a autora

Em relação à renda, apenas 2 funcionários obtêm-na exclusivamente do trabalho desenvolvido na RPPN. Os demais trabalham com agricultura ou fazem outras atividades. A demanda da RPPN e o sistema de trabalho com *freelancers* justifica o fato de a maior parte dos funcionários terem renda inferior a 2 salários. Os entrevistados estimaram suas rendas com base no fato de que a remuneração obtida com o trabalho na agricultura é variável a cada mês, conforme o cultivo.

A contratação dos funcionários e guias de turismo se deu de forma espontânea. A RPPN considerou a vontade que o interessado demonstrou para trabalhar. Por exemplo, o funcionário A mora a menos de 200 metros do

empreendimento e um dia ele chegou na RPPN, demonstrou interesse e começou a trabalhar, sem nenhum conhecimento sobre o turismo e a atividade de aventura.

Em segundo lugar, foi levado em conta o fato de morarem nas proximidades da propriedade, pois além de valorizar a comunidade é economicamente mais viável, pois não necessita fornecer vale transporte, por exemplo. À exceção de uma *freelancer* que auxilia na cozinha e que reside em Ponta Grossa (mesmo município de residência dos proprietários), todos os demais funcionários moram nas redondezas, chegando à distância máxima de 18 km de distância.

Em momento algum foi exigido que o funcionário tivesse experiência. Ao contrário, fez-se e continua-se fazendo questão que não haja conhecimentos aprofundados sobre o turismo de aventura, pois acredita-se que a pessoa que têm o conhecimento também possui vícios. Segundo relato do proprietário, “a gente faz questão de ensinar, treinar e fazer acontecer. As pessoas que estão aqui não são treinadas para desenvolver atividades verticais. Elas são treinadas pra desenvolver as atividades do Ninho do Corvo”.

Os condutores de turismo são classificados em dois níveis: iniciantes e especialistas. Atualmente tem 1 funcionário iniciante (funcionário C), que iniciou seus trabalhos na RPPN no mês de maio do presente ano e um segundo iniciante que não foi entrevistado em virtude de seu início ser em um dos dias de entrevistas, portanto, não havia necessidade de acrescentá-lo.

Esses funcionários iniciantes recebem dos especialistas boa parte da capacitação necessária. Iniciam aprendendo a cuidar do equipamento utilizado nas atividades, seguem colocando e tirando capacete e cadeirinha¹² dos turistas e, depois de no mínimo um ano, terão acesso as ações de maior responsabilidade e que envolvem a segurança do visitante, como “soltar no rapel e na *corvolesa*”. Essa atividade de maior responsabilidade é função dos guias especialistas, ou seja, o proprietário e os funcionários A e B.

Ainda falando em questões de segurança, questionou-se sobre quais os procedimentos são adotados nas atividades. Obtivemos como resposta que há uma série de ações e que são executados o tempo todo: antes, durante e depois de cada atividade. É feita manutenção e inspeção constante, além de ser seguido o Sistema de Gestão de Segurança (SGS) instituído pela Associação Brasileira de Normas

¹² Equipamento de segurança utilizado no rapel e na tirolesa, em que a pessoa veste como se fosse uma calça, ficando bem ajustada na cintura e nas coxas.

Técnicas (ABNT), através da NBR 15.331¹³, que foi validada no ano de 2006 e tem reconhecimento nacional.

Dentro do SGS há planejamento para resolver todo e qualquer tipo de incidente. É um documento que prevê o que pode acontecer e qual é o melhor procedimento para resolver tal problema. Por exemplo, se um turista for picado por uma cobra, o guia munido dos procedimentos fixados no SGS saberá o que fazer, para onde ligar e providenciar o soro antiofídico, ou ainda, se necessitar mover uma pessoa que se machucou na trilha, ele saberá avaliar se pode deslocar ou se deve chamar uma ambulância.

Há também um programa interno chamado RAME (Recurso de Atendimento Médico de Emergência), que consiste em um documento escrito contendo instruções sobre o que fazer, como fazer, com quem entrar em contato em caso de emergência. Todo turista que adentra a propriedade para fazer as atividades de aventura, é cadastrado no seguro, ou seja, se algum acidente acontecer, ele estará amparado.

Fica claro que há uma preocupação efetiva com a questão da segurança. Tanto que anualmente ocorre vistoria do Corpo de Bombeiros e de um engenheiro, que verifica as estruturas físicas e emite um laudo de regularidade.

Ainda, a tirolesa foi certificada pelo Programa Aventura Segura, da ABETA, juntamente com outras 4 do Estado do Paraná no início dessa década. Não foi solicitado a recertificação devido aos custos altos e posteriormente o programa encerrou, mas a ausência de um certificado não torna a atividade menos segura.

Por fim, o equipamento utilizado é certificado internacionalmente e exclusivo para cada atividade, por exemplo, tem um material que é usado apenas na rapesele e isso facilita o controle para identificar qualquer tipo de desgaste ou anomalia. Com o tempo todo o equipamento é repostado, pois também tem uma vida útil. As cordas que não são mais utilizadas nas atividades, são reaproveitadas em amarrações diversas, seja em trilhas, em decoração, etc.

Durante as atividades, todos os guias levam consigo um rádio comunicador. Então, se houver um grupo na trilha, um na tirolesa e outro na *rapesele* ao mesmo tempo, haverá comunicação clara e precisa entre os 3 grupos.

¹³ É uma norma brasileira que especifica os requisitos do SGS do turismo de aventura e foi redigida de forma a aplicar-se a todos os tipos e portes de organizações e para adequar-se a diferentes condições geográficas, culturais e sociais.

Periodicamente são realizados cursos de capacitação para os funcionários, de modo que quase todos os entrevistados já tiveram a oportunidade de participar. Os que não participaram receberam as orientações e conhecimentos no dia a dia, por meio da convivência com os colegas que realizaram. São cursos relacionados com os afazeres rotineiros e preventivos, tais como boas práticas de manipulação de alimentos, competências mínimas de condutores e de primeiros socorros.

No curso de boas práticas de manipulação de alimentos são abordados conteúdos como: quem é o manipulador; o que são as boas práticas; como lavar as mãos adequadamente; como higienizar os equipamentos e os alimentos; métodos de armazenagem e estocagem de produtos; tipos de contaminação e vestimenta correta.

Esse curso é fundamental para as funcionárias que trabalham na cozinha, visto que as refeições fazem parte dos serviços prestados e a qualidade do alimento deve ser priorizada, se apresentando também como um elemento que agrega valor ao empreendimento e à atividade.

Quando os funcionários realizam o curso de competências mínimas para os condutores, aborda-se conteúdos fundamentados na norma da ABNT nº 15285, que prioriza a qualidade:

- no atendimento e condução do cliente;
- na prestação de um serviço de qualidade;
- na segurança do cliente e do condutor;
- nos cuidados com o meio ambiente e as comunidades envolvidas.

De modo geral, estima-se que seja um curso completo e que forma os condutores com todos os requisitos essenciais para conduzir com qualidade e segurança as atividades ofertadas no empreendimento estudado.

Através do curso de primeiros socorros, os funcionários recebem situações que podem ocorrer na prática com os turistas, tais como torções, infartos, ataque cardíaco, desmaio, picadas de cobras, etc. Por meio desse curso, eles são instruídos sobre como proceder em cada situação, atendendo o cliente da forma adequada, evitando maiores problemas.

Os funcionários não realizaram cursos sobre sensibilização e educação ambiental. Naturalmente, segundo o proprietário, eles apresentam uma nítida

clareza sobre o que é a RPPN Ninho do Corvo e as ações do dia a dia vão mostrando os cuidados com a natureza.

É um tipo de educação voltada ao meio ambiente, tentando fazer com que as pessoas se sensibilizem, se interessem por ele e pelos problemas correlatos, utilizando de seus “conhecimentos, aptidões, atitudes, motivações e desejos necessários para trabalhar individual e coletivamente na busca de soluções aos problemas atuais e para prevenir os que podem aparecer na sequência” (UNESCO, 1975, p. 3) (tradução da autora).

Um dos funcionários fixos tem curso superior em ciências ambientais, então, entende-se que tem o hábito de desenvolver atitudes básicas de preservação e dissemina seus conhecimentos com os demais.

Na época da elaboração do plano de manejo, em meados de 2008, foi realizado um seminário participativo com a comunidade do entorno imediato, “aproximando-os dos objetivos de conservação da natureza e possibilitando a troca de informações e experiências, fundamentais para as ações de planejamento” (RPPN NINHO DO CORVO, 2009, p. 13).

Constatou-se que a maioria dos moradores entrevistados sabia da existência da área protegida Ninho do Corvo, porém desconheciam o termo RPPN. Partindo dessas informações, em outubro do mesmo ano, foi realizado um seminário como “objetivo principal de sensibilizar os moradores quanto à importância da conservação do meio ambiente” (PLANO DE MANEJO, 2009, p. 15).

Na ocasião, obteve-se uma aproximação entre a RPPN e a comunidade, “possibilitando trocas de conhecimentos e experiências entre a equipe organizadora, o proprietário e a comunidade” (PLANO DE MANEJO, 2009, p. 15). Essa relação deve ser estimulada para que permaneça acessa no dia-a-dia, possibilitando a ajuda mútua e a conservação dos recursos naturais da comunidade.

Seria interessante desenvolver um programa de educação ambiental, integrando o turista, o funcionário e a comunidade. Sugere-se que o empreendimento receba alunos do ensino fundamental e médio, apresentando à eles o que é uma área de preservação, qual a importância de cuidar do meio ambiente e os benefícios que ele traz para toda a comunidade.

Para o estagiário “A”, as pessoas que trabalham na RPPN tem uma consciência ambiental diferenciada, pois conhecem a realidade interna e aprendem a cuidar da natureza de uma forma única e intensa. Embora seja mínima, a

mobilização que o empreendimento proporciona, faz a diferença para quem está envolvido, que acaba disseminando a preocupação ambiental para o seu círculo de convivência.

No quadro 10 a seguir é possível visualizar as principais informações referentes aos dados dos funcionários e as ações de capacitação oferecidas a eles.

Quadro 10 – Síntese do perfil do colaborador e capacitações

COLABORADOR	INFORMAÇÃO
8 funcionários	<ul style="list-style-type: none"> - 4 fixos (1 mulher e 3 homens) - 4 freelancers (3 mulheres e 1 homem) - Idades entre 16 e 54 anos - Residem de 150 m a 18 km da RPPN - Entre 7 meses e 14 anos de serviço na RPPN - Renda entre menos de 1 e mais de 3 salários mínimos
Capacitação	<ul style="list-style-type: none"> - Curso de Primeiros Socorros - Boas Práticas na Manipulação de Alimentos - Competências Mínimas para o Condutor - Consciência ambiental nata
Operacionalização das atividades	<ul style="list-style-type: none"> - Munidos de técnicas de segurança (SGS e RAME) - Utilização de equipamentos certificados - Organização durante a atividade - Controle da capacidade de carga

Fonte: Dados da entrevista com os funcionários. Org.: a autora

4.3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA RPPN NINHO DO CORVO EM PRUDENTÓPOLIS

Além de oferecer alimentação e hospedagem de forma controlada, o empreendimento turístico Ninho do Corvo desenvolve uma série de atividades de aventura e ecoturismo, de recreação e treinamentos para grupos. O local oferece um pacote chamado de circuito *canyon* que engloba tirolesa, *rapelesa* e *corvolesa*.

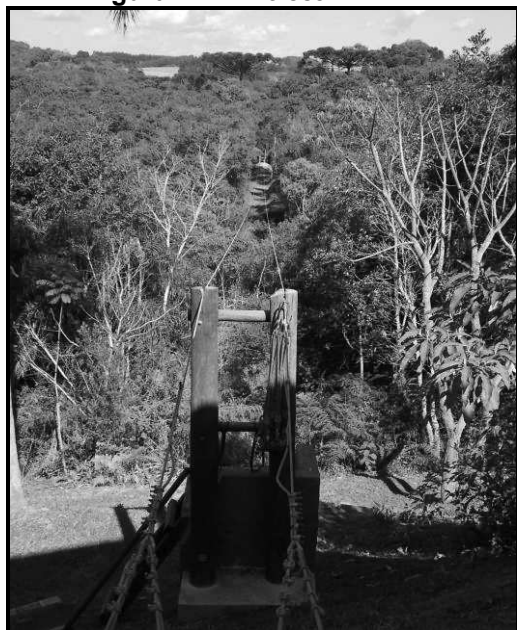
4.3.1 Tirolesa

Segundo a ABNT (2011, p. 5), a tirolesa consiste em um produto turístico “em que a atividade principal é o deslizamento do cliente em uma linha aérea que liga dois pontos afastados na horizontal ou em desnível, utilizando procedimentos e equipamentos específicos”.

Na RPPN Ninho do Corvo, a tirolesa (Figura 27), foi montada com dois cabos de aço com 100 metros cada. Durante a execução da atividade, o condutor se

posiciona na plataforma de lançamento (Figura 28), fixa seu equipamento em barras de ferro próprias para fazer sua segurança em locais altos, e em seguida, prende o turista já equipado nos cabos de aço. O trajeto é feito em cerca de 15 segundos e ao final, outro condutor está posicionado para fazer o freio (procedimento de parada do turista) e retirá-lo da tirolesa.

Figura 27 – Tirolesa



Fonte: acervo pessoal

Figura 28 – Plataforma de lançamento



Fonte: acervo pessoal

4.3.2 *Corvolesa*

A *corvolesa* consiste em uma tirolesa com a marca da RPPN Ninho do Corvo. É um trajeto de 140 metros em que o turista desce por cabos de aço de forma controlada, ou seja, o condutor, posicionado na plataforma de lançamento, controla a velocidade da descida. Nessa atividade, o turista realiza a *corvolesa* passando pela cachoeira Barra Bonita e terminando na água (Figura 29 e 30).

Figura 29 – Corvolesa

Fonte: RPPN Ninho do Corvo

Figura 30 – Vista da chegada

Fonte: RPPN Ninho do Corvo

4.3.3 *Rapelesa*

A *rapelesa*, semelhante ao que ocorre com a *corvolesa*, é o nome dado ao rapel desenvolvido no Ninho do Corvo. O rapel é um produto turístico em que “a atividade principal é a descida, em ambientes secos, em corda, utilizando procedimentos e equipamentos específicos” (ABNT, 2011, p. 4).

A *rapelesa* é um rapel guiado com 70 metros de distância, passando por cima do *canyon*, conforme as figuras 31 e 32.

Figura 31 – Plataforma de saída da *Rapelesa*

Fonte: RPPN Ninho do Corvo

Figura 32 – *Rapelesa* sob o cânion

Fonte: RPPN Ninho do Corvo

4.3.4 Trilhas

As trilhas são “caminhos existentes ou estabelecidos, com diferentes formas, comprimentos e larguras, que possuam o objetivo aproximar o visitante ao ambiente natural, ou conduzi-lo a um atrativo específico, possibilitando seu entretenimento” ou a sua educação através por meio de sinalizações ou de recursos interpretativos (AMBIENTE BRASIL, 2016, s. p.). Na RPPN Ninho do Corvo, são cerca de 2 km de trilhas (Figura 33 e 34) bem preservadas que levam à cachoeiras, mirante e até o Rio Barra Bonita.

Figura 33 – Trilha



Fonte: acervo pessoal

Figura 34 – Trilha com obstáculo natural



Fonte: RPPN Ninho do Corvo

4.3.5 Eventos corporativos e treinamentos vivenciais

São atividades desenvolvidas para grupos de funcionários de empresas de todo o estado do Paraná. É uma espécie de gincana em que ocorre a integração das equipes e prega-se o trabalho em conjunto, em forma de cooperação.

Figura 35 - Treinamento vivencial

Fonte: acervo pessoal

Figura 36 – Atividade do treinamento na trilha

Fonte: RPPN Ninho do Corvo

Dentre todas as opções de pacotes e serviços listados acima, o proprietário menciona que o mais vantajoso para o empreendimento em termos financeiros é o treinamento vivencial. Desenvolvidos em parceria com a Cooperativa Paranaense de Turismo (COOPTUR), são roteiros técnicos chamados de imersão em cooperativismo e treinamento vivencial, cujo objetivo é proporcionar a vivência em práticas cooperativas. Ou seja, são grupos de funcionários de cooperativas que se deslocam para o Ninho do Corvo, entre outros municípios inclusos na visita, para realizar atividades práticas que incentivam o trabalho coletivo e os princípios do cooperativismo.

4.3.6 Passeios ciclísticos

São realizados passeios ciclísticos pela estrada de chão, percorrendo a comunidade e se deslocando até outros pontos interessantes, como cachoeiras e igrejas das redondezas.

Figura 37 – Passeio ciclístico



Fonte: RPPN Ninho do Corvo

4.3.7 Expedições

São realizadas expedições para países da América do Sul, como Argentina, Chile e Uruguai, além do sul do Brasil, visitando serras e *cânions*.

Figura 38 – Expedição Atacama 2015/2016



Fonte: Terra e Asfalto Expedições

De modo geral, o fluxo de turistas é muito variável, sendo que nos meses de junho e julho quase não tem visitação. Estimando por ano, são cerca de 2 mil pessoas, o que equivale a aproximadamente 166 visitantes por mês.

A execução de atividades ligadas ao ecoturismo e turismo de aventura é uma prática comum em unidades de conservação, visto que desenvolve conjuntamente ações de educação ambiental, proteção de natureza e sensibilização das pessoas envolvidas.

Diante do quadro 11 a seguir, pode-se verificar claramente quais são as atividades turísticas desenvolvidas dentro da RPPN Ninho do Corvo.

Quadro 11 – Síntese das atividades desenvolvidas na RPPN

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
Tirolesa	100 metros de descida aérea, suspenso por 2 cabos de aço
<i>Corvolesa</i>	Tirolesa com 140 metros guiada pelo condutor, passando pelo <i>canyon</i> Barra Bonita
<i>Rapelesa</i>	Rapel guiado, com cordas, de 70 metros, passando pelo <i>canyon</i> Barra Bonita
Trilhas	Cerca de 2 km de caminhos definidos entre a mata, levando à cachoeiras, mirante e paisagens de beleza natural
Eventos corporativos e treinamentos vivenciais	Atividades de 1 dia (para grupos) como intuito de integrar a equipe por meio de uma gincana
Passeios ciclísticos	Percorrendo estradas rurais até mirantes, cachoeiras e igrejas
Expedições	Viagens para o sul do Brasil e países da América do Sul

Fonte: Dados da entrevista com os funcionários. Org.: a autora

4.4 CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS QUE A DEMANDA TURÍSTICA PROPORCIONA NA GERAÇÃO DE RENDA E EMPREGOS EM SEU ENTORNO

4.4.1 Contribuições econômicas

Atualmente, a comunidade se beneficia com a presença dos turistas que se deslocam até o empreendimento turístico. Esse movimento gera renda adicional para a comunidade e empregos. Por exemplo, dois dos funcionários fixos e duas *freelancers* da cozinha moram na mesma comunidade da RPPN, na Linha Paraná.

Depois que a comunidade passou a receber turistas, o funcionário F relata que foram percebidas modificações referentes ao movimento de pessoas que vem de fora do município, realizam suas compras, passeiam por outros atrativos e, por causa deles, há emprego para todos esses funcionários que trabalham na RPPN.

Mesmo sendo valores pequenos e esporádicos, os *freelancers* relatam uma melhoria financeira e esses valores fazem diferença no seu dia-a-dia, pois é visto como um complemento de renda e que auxilia em atividades familiares.

Quando se fala da atividade de turismo, com destaque para o turismo de aventura que é praticado dentro da RPPN Ninho do Corvo, percebe-se que há aceitação por parte dos funcionários, vendo como algo positivo. Ainda, é visto como algo bom para a Reserva, pois se não houvesse o turismo a área pesquisada não teria sido adquirida e conseqüentemente, transformada.

Além dos empregos diretos e indiretos que são gerados para atender as necessidades do Ninho do Corvo, há nas proximidades outras duas propriedades que trabalham com a atividade turística e que foram incluídas nessa pesquisa. Elas também ajudam a desenvolver a comunidade com suas demandas e os turistas que frequentam uma propriedade, as vezes acabam conhecendo a outra também.

Não se têm um dado preciso sobre essa relação, mas acredita-se que muitos turistas visitam o município motivados pela presença das cachoeiras. Portanto, eles realizam um roteiro variado de 1 a 3 dias, muitas vezes definido por eles mesmos, englobando vários atrativos naturais, proporcionando uma sinergia involuntária entre os empreendimentos turísticos do município.

Por fim, há uma contribuição econômica para o município como um todo, pois a demanda atraída pela RPPN Ninho do Corvo, também desfruta de equipamentos e serviços disponibilizados no centro do município, como hospedagem em hotéis, refeições em restaurantes e lanchonetes, consumo em bares, supermercados, farmácias, etc.

Ainda, por meio de passeios e compras em feiras de artesanatos e exposições, têm-se uma colaboração indireta que envolve a movimentação da economia do município e a renda dos pequenos produtores de artesanatos e produtos típicos da gastronomia.

4.4.2 Contribuições sociais

Um total de 5 dos 8 funcionários entrevistados está conseguindo proporcionar melhores condições para a família, além de ser benéfico para si próprio. Entre as mudanças percebidas em seus cotidianos após o envolvimento com a área de

preservação, destacam-se os relatos de problemas psicológicos que foram amenizados após começar a trabalhar na RPPN.

Entre os outros relatos, há citações de que antes trabalhava com lavoura, uso de agrotóxicos e o fato de mudar de ramo de trabalho, migrando para um sem agentes químicos, modifica o cotidiano e a saúde.

Além do mais, o fato de conhecer gente de fora, pessoas novas foi citado por 3 dos entrevistados. A oportunidade de novos aprendizados, esquecer os problemas de casa, se sentir mais feliz e ter uma renda extra foram itens mencionados pelos demais funcionários. Por fim, tem-se que a distância do local de trabalho é algo que influencia e foi citado por dois funcionários. Para um deles ficou mais perto o deslocamento e para outra o fato de se deslocar de um município a outro para trabalhar é algo diferente na rotina, porém não é visto como algo negativo.

Quando questionados sobre a presença da RPPN e da prática de atividades de turismo na comunidade, todas as respostas se direcionaram para um fator positivo, sendo caracterizadas como algo muito bom para si próprio (especialmente para o funcionário A), para a comunidade e para os turistas.

Esse resultado contraria um determinado dado de pesquisa feita com as comunidades do entorno do Parque Nacional Aparados da Serra (que inicia em Urubici, em Santa Catarina e se estende até Cambará do Sul e São Francisco de Paula, no Rio Grande do Sul). A maioria dos moradores do entorno “afirmou não ter notado mudança alguma no município que possa ser atribuída à vinda dos turistas” (KINKER, 202, p. 198).

Essa diferença poderia estar relacionada com o fato de os entrevistados da RPPN serem também trabalhadores do empreendimento e se sentirem parte dessa comunidade que se beneficia com a atividade turística. Ainda, a percepção de melhorias advindas do turismo pode estar relacionada com o tempo de desenvolvimento da atividade no município, o que faz com que a comunidade tome conhecimento das práticas turísticas que são executadas.

Em relação à área de preservação, destaca-se o fato de algumas espécies animais voltarem a viver na região devido à presença de mata nativa, de certa forma, funcionando como um corredor ecológico, abrigando uma diversidade de espécies também da flora. Além do mais, é algo diferente e só tem essa área reconhecida como RPPN no município, sendo considerada um ponto positivo para a comunidade.

A atividade de turismo é tida como algo bom para todos os funcionários entrevistados, pois traz alegria para o visitante, conhecimentos e vivências para os funcionários e turistas, sendo um elemento de distração e contribuição para o desenvolvimento pessoal. Como é o caso de um jovem funcionário que ao retornar para casa depois de um dia com atividades práticas, se mostra mais “aberto” para os familiares, mais carinhoso e amigável.

Alguns trabalhadores relatam benefícios sociais e psicológicos, como melhores relacionamentos familiares, redução no *stress* do dia a dia, a oportunidade de conhecer novas pessoas, estar em contato com a natureza (proporcionada pelo fato de ter o turismo) como fator de melhoria da qualidade de vida.

Por intermédio da RPPN Ninho do Corvo, parte dos funcionários conseguiram realizar cursos de capacitação relacionados com suas áreas de trabalho. Essa ação por parte do empreendimento, mostra a preocupação em capacitar seus funcionários, para que desempenhem da melhor forma possível as atividades oferecidas, além de contribuir para a formação social de seus colaboradores.

Se considerarmos o contexto em que vivem, dificilmente essas pessoas teriam a oportunidade de aprender sobre técnicas de condução em rapel, em trilhas, sobre primeiros socorros e boas práticas de manipulação de alimentos. A oportunidade de aprender auxilia no desenvolvimento pessoal, profissional e social.

É importante frisar que o fato de as contratações ocorrerem com pessoas sem nenhuma experiência no ramo, além de ser econômico para o empreendimento, pode ser uma prova de valorização local, pois se fosse contratar alguém com experiência, teria que ser oriundo da cidade ou de outro município.

É necessário que sejam pensadas diversas ações para trazer benefícios para os envolvidos com o turismo, seja direta ou indiretamente. Um desses pontos pode ser desenvolvido pelo poder público, no que diz respeito a ações que visem o embelezamento da cidade, por exemplo, incentivando os moradores a cuidar das fachadas de suas casas, do comércio, como forma de atrair o visitante. O turismo é uma corrente que envolve diversos atores e atividades, e para que tenha sucesso é preciso a união de todos, pois é aos poucos que se constrói um grande atrativo.

Panosso Neto (2010, p. 17, *apud* SCOTOLO & PANOSSO NETO, 2015, p. 39) mencionam que a atividade turística está relacionada com a

possibilidade de inclusão social; desenvolvimento de ações para minimizar seus impactos negativos e maximizar os positivos; coleta de dados

qualitativos e quantitativos; produção de conhecimentos críticos na busca de sua melhor compreensão; implantação de políticas públicas de turismo; estudos interdisciplinares que envolvam a sociedade em todos os seus aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais e ambientais na busca de resolução de algum problema causado pelas viagens; análise e previsão de tendências de desenvolvimento do turismo.

Partindo da ideia de inclusão social e analisando os dados coletados em campo, percebe-se que o empreendimento turístico é um elemento gerador de empregos e, conseqüentemente, de renda. Por meio dessas novas possibilidades de trabalho, alguns funcionários tiveram mudanças em suas rotinas e no modo de viver, com destaque para o funcionário que deixou de trabalhar na lavoura, onde utilizava agrotóxicos frequentemente e agora passa o dia todo na Reserva, cuidando da manutenção, auxiliando nas atividades práticas e na condução de turistas.

Por se tratar de pessoas que residem no meio rural, é visível a simplicidade do falar, do agir e do interagir com os demais. A inserção desses agricultores no mercado de trabalho, em um ramo completamente diferente do habitual, nos faz questionar se é correto que deixem de produzir suas terras, ou diminuam as atividades agrícolas. Por outro lado, é compreensível que busquem melhorias na renda familiar e, embora o montante recebido gire em torno de um salário mínimo, eles conciliam a produção agrícola com as atividades na RPPN Ninho do Corvo.

Parece não ser palpável o motivo em dizermos que as realidades são modificadas, mas vale ressaltar o contexto em que essas famílias vivem. São agricultores e seus filhos, que possuem poucas terras para plantio, vivem com renda baixa para sustentar a família e que viram na instalação da RPPN, e posterior desenvolvimento de atividades de turismo, a oportunidade de terem algo diferenciado, um acréscimo de renda e até uma opção de descontração, pois consideram algo bom, relaxante e prazeroso trabalhar no empreendimento pesquisado.

Essa geração de renda e empregos só se tornou uma realidade em virtude da oferta de serviços e produtos turísticos. A simples existência de uma área de preservação não seria capaz de empregar, fixo ou temporariamente, a quantidade de pessoas que estão envolvidas na atualidade.

O envolvimento e trabalho conjunto com poder público e empreendimentos ligados ao setor também é uma tática que pode gerar desenvolvimento e benefícios para todos os envolvidos.

4.4.2.1 Interações com empreendimentos vizinhos e poder público

Em se tratando da relação de desenvolvimento em termos de empreendimentos turísticos, foram entrevistados dois empreendedores vizinhos, que trabalham com a atividade turística em suas propriedades. Ambas possuem trilhas, cachoeiras, hospedagem, oferecem alimentação, áreas de descanso e recebem o público diariamente, mediante pagamento de taxa de visitação.

O empreendedor vizinho “A” está localizado a menos de 1 km de distância e exercia suas atividades quando a RPPN Ninho do Corvo se instalou na Linha Paraná. São 18 anos de atendimento ao público, que varia muito conforme as condições climáticas e a sazonalidade, sendo que em meses de baixa temporada, a procura se dá nos finais de semana, girando entre 150 e 200 pessoas por mês no local. Na alta temporada, alcança-se esse montante em um único final de semana.

Destacando os municípios que mais demandam visitantes para esse empreendimento, tem-se: municípios paranaenses como Curitiba, Londrina e Maringá; São Paulo e um número menor de visitantes da região de Prudentópolis. Ocorre uma espécie de parceria com a RPPN, pois vários turistas que se deslocam para fazer as atividades na Reserva acabam fazendo as refeições e/ou acampando no empreendimento “A”. Essa informação foi confirmada pela pesquisadora em uma das visitas, em que dois grupos de turistas almoçaram nessa propriedade e na parte da tarde se deslocaram à RPPN para realizar o circuito *cânion*, sendo que alguns desses aventureiros foram entrevistados também.

Questionamos sobre a percepção de que a demanda recebida pela RPPN auxilia no desenvolvimento da comunidade local. Uma primeira resposta é relacionada às pesquisas desenvolvidas na Reserva, de forma negativa por acreditar que os pesquisadores vêm, fazem seus trabalhos e vão embora, sem prestar maiores ajudas à comunidade.

Já quando se trata da demanda de turistas, o posicionamento muda um pouco. Mesmo sabendo que o turismo desenvolvido na Reserva e o atendimento é diferente do oferecido no empreendimento “A”, a proprietária afirma que a demanda do vizinho ajuda a desenvolver a comunidade, ainda que de forma pequena. Não são muitos turistas que adentram sua propriedade dizendo que vieram para conhecer o Ninho do Corvo. Isso se deve justamente por serem públicos distintos que frequentam os dois empreendimentos.

Porém, por si só o empreendimento “A” contribui para o desenvolvimento da comunidade, pois emprega 3 mulheres do entorno, que auxiliam no preparo da alimentação, organização da propriedade, na limpeza e arrumação dos quartos da pousada, na venda de bebidas, produtos panificados artesanais e cobrança da taxa de visitação. Durante a fase final dessa pesquisa, um casal de sobrinhos da proprietária se vinculou ao empreendimento para auxiliar na condução da atividade turística, portanto, são ao todo 6 pessoas que dependem do turismo desenvolvido na propriedade e da demanda de visitantes que se deslocam para a comunidade.

Dessa forma, se confirma que a demanda de turistas da RPPN também visita o entorno, auxiliando no desenvolvimento econômico e turístico da comunidade e do município. Para complementar, há uma divulgação positiva, recomendando as atividades de aventura, destacando que são seguras e que é necessário agendar.

Para melhorar a relação entre os empreendimentos turísticos do município de forma que haja uma sinergia em prol do desenvolvimento da atividade turística e do aumento da renda, sugere-se que sejam feitas parcerias entre os atrativos, desenvolvendo pacotes interligando segmentos e atrativos.

A proprietária conhece a finalidade da área preservada e acredita que é importante tê-la próximo à sua propriedade, inclusive procura falar para as pessoas cuidarem do local, porque tem uma Reserva ao lado. Então, pode ser que a área do vizinho esteja auxiliando os turistas e funcionários do empreendimento “A” se comportarem de maneira diferente, com ações melhores voltadas ao meio ambiente.

De fato, nas visitas realizadas percebeu-se o cuidado com a limpeza e com a preservação da propriedade. Porém, o sistema de atendimento ao público é aberto em finais de semana de alta temporada, há uma grande quantidade de visitantes no local, utilizando quiosques à beira do rio, consumindo bebida alcoólica e ouvindo som alto. De certa forma, essa alta ocupação acaba prejudicando o meio ambiente, pois há muitas pessoas ao mesmo tempo, inclusive nas trilhas. Ter o controle da capacidade de carga do empreendimento é fundamental para evitar a degradação do solo, desgaste dos recursos naturais e outros impactos negativos na natureza.

O empreendimento “B” está localizado a 4 km de distância e iniciou as atividades de turismo há 10 anos atendendo amigos e familiares, sendo que apenas a 4 anos abriu para o público em geral, com cobrança de taxa de entrada. Recebe em média 80 pessoas por mês, considerando a soma da alta e da baixa temporada. Segundo o entrevistado, a maior parte de seu público é oriundo de municípios como

Curitiba e São Paulo, sendo cerca de 50% dos turistas. Os moradores de Prudentópolis que frequentam a propriedade são poucos. Segundo o entrevistado, há registros de uma demanda de estrangeiros, sendo cerca de 3% vindos de países como Suíça e Inglaterra.

Questionado sobre a importância de ter uma área de preservação nas proximidades, o proprietário acredita ser importante, pois é necessário “preservar, ter os animais, a natureza, as belezas que tem pra não destruir as cachoeiras”. Inclusive o empreendimento “B” manifesta interesse em transformar sua propriedade em área de preservação.

Segundo o entrevistado, cerca de 30% dos turistas que visitam a propriedade “B” também estiveram na RPPN Ninho do Corvo desenvolvendo atividades, dessa forma, contribuindo para o desenvolvimento do turismo.

O proprietário acredita que a demanda recebida na área de preservação ajuda a desenvolver a comunidade local, pois os turistas compram produtos locais das associações, tais como mel, rapadura, cachaça e outros produtos coloniais.

Semelhante ao empreendimento “A” essa propriedade não tem um controle de capacidade de carga e o número de pessoas que adentram à propriedade em um único dia acaba sendo excessivo para o meio ambiente. Porém, ao contrário do empreendimento “A”, não emprega nenhum morador do entorno, sendo que as tarefas são desenvolvidas apenas pela família.

Foram abordados 10 turistas, sendo 6 homens e 4 mulheres. As idades variavam entre 23 e 55 anos e vale destacar que 5 deles estavam no Ninho do Corvo em função de um treinamento vivencial oferecido pela cooperativa em que trabalham.

Seus municípios de origem são Colombo (1), Curitiba (2), Marechal Candido Rondon (5) e Maringá (2). Destaca-se que nenhum dos turistas entrevistados conhecia a RPPN Ninho do Corvo e apenas 1 já havia estado em Prudentópolis anteriormente.

Todos os entrevistados mencionaram mais de uma motivação em vir para Prudentópolis, que foram agrupadas da seguinte maneira:

- Aproveitar o feriado.
- Sair da cidade, da agitação. É um diferencial.
- Conhecer um local junto à natureza/ Realizar atividades/Ter contato com a natureza/ Conhecer as cachoeiras e o relevo.

- Comemoração de aniversário.
- Conhecer Prudentópolis.
- Diversão/adrenalina.
- Treinamento vivencial.

A escolha em vir para o empreendimento turístico Ninho do Corvo envolve motivos variados, tais como: estar próximo à natureza; fugir da correria da cidade; por estar tudo estruturado, ou seja, ter todas as atividades desejadas em um mesmo local, não necessitando de roteiro; busca por esportes radicais e; por ser um roteiro de cooperativas. Nesse último caso, a cooperativa proporcionou aos funcionários uma viagem de imersão em cooperativismo, visitando 3 municípios da região, em 3 dias de viagem, realizando atividades de incentivo ao trabalho em equipe e cooperação com o colega de trabalho.

Os turistas foram questionados sobre quantos dias permanecerão na RPPN e no município. Entre os 10 entrevistados, 9 passaram uma noite hospedados no município, sendo 6 em hotéis no centro da cidade, 2 na RPPN e um no empreendimento “A”. Sobre visitar o entorno, apenas alguns conseguiram visitar outra cachoeira ou propriedade do município, porém todos os entrevistados têm interesse em retornar para Prudentópolis e conhecer novos atrativos e recursos turísticos, pois na viagem em que foram entrevistados, não haveria tempo hábil para novas visitas.

Foi constatado durante a pesquisa, que alguns turistas que frequentavam o empreendimento nos dias de entrevistas, contribuíram para o desenvolvimento econômico, através de suas hospedagens em hotéis no centro na cidade ou no empreendimento A, ao lado. Ainda, o fato de se alimentarem em outros pontos comerciais, desfrutarem de atrativos turísticos dos variados segmentos ofertados em Prudentópolis, também influencia na economia local.

Esse acréscimo nas vendas do comércio é comprovado a vários anos e envolve diversos setores da economia. Em pesquisa realizada no Sítio Histórico de Olinda em 2010, foi constatado que para 78% dos comerciantes entrevistados a atividade turística auxilia no aumento das vendas; para 6% contribui em todos os aspectos e; para 16%, influencia na divulgação dos estabelecimentos (COSTA SILVA, XAVIER e LINS, 2013).

Por fim, os visitantes foram questionados se sabiam que os funcionários da RPPN residem nas proximidades do empreendimento. Apenas 3 dos entrevistados forneceu uma resposta positiva, sendo que 2 deles haviam conversado com os funcionários durante as atividades práticas, e 1 turista mencionou que sabia serem do município, mas não imaginou que morassem tão próximo. Destaque para uma resposta que, embora não sabendo da informação, menciona que isso é um fato muito bom, porque ajuda a desenvolver a região, inclusive através de emprego para esse pessoal (os funcionários), renda e qualidade de vida (TURISTA H).

Seguindo o pensamento de Panosso em que o turismo está relacionado, entre outras coisas, com “coleta de dados qualitativos e quantitativos; produção de conhecimentos críticos na busca de sua melhor compreensão” (PANOSSO NETTO, 2010, p. 17, *apud* SCOTOLO & PANOSSO NETO, 2015, p. 39), buscamos em dois estagiários que auxiliam nos treinamentos vivenciais, identificar elementos que contribuíssem para a complementação da importância da existência da RPPN Ninho do Corvo, em seus mais diversos aspectos.

Portanto, eles foram questionados quanto ao tempo que realizam estágio, como foi a escolha pelo empreendimento e pela área e, entre outros dados, se pretendem desenvolver pesquisas envolvendo a RPPN.

Os dois estagiários são alunos do segundo ano do curso de Bacharel em Turismo, na UNICENTRO, *campus* Irati e desenvolvem as atividades a cerca de um ano. Para ambos, a escolha do local e do estágio foi ao acaso e aproveitando a oportunidade. Durante uma saída técnica do curso na RPPN Ninho do Corvo, o estagiário A gostou muito do lugar e perguntou ao professor que acompanhava a turma como fazia para estagiar. O estagiário B também se interessou e logo em seguida começaram a participar dos treinamentos vivenciais. Ao todo, foram cerca de 10 treinamentos desenvolvidos, recebendo apenas uma ajuda de custo.

Os treinamentos não ocorrem de forma regular, sendo que em alguns meses são realizados 2 e em outros meses, nenhum. São grupos com cerca de 40 pessoas, que trabalham em cooperativas ou grandes empresas e se deslocam de outros municípios do estado para realizar o treinamento de imersão em cooperativismo. São desenvolvidas atividades teóricas, por meio de uma palestra e atividades práticas, numa espécie de gincana onde não há vencedores, promovendo o cooperativismo e a união das equipes.

O estágio desenvolvido se relaciona com disciplinas da graduação que envolvem o meio ambiente, enfocando a preservação das áreas naturais, a relação do homem com a natureza e as áreas de proteção. Quando questionados sobre o que é uma RPPN, ambos se posicionam como conhecedores do assunto, destacando a importância de ter espaços preservados, como o Ninho do Corvo.

Destaca-se a opinião do estagiário A: “Acho que as pessoas deveriam cultivar e cuidar mais. Eu gosto muito da natureza. Os melhores dias pra mim são os dias que eu estou no estágio, então pra mim é muito legal”. O meio acadêmico instiga a sensibilização ambiental e a oportunidade de ligar a teoria à prática faz com que seja firmado todo o conhecimento adquirido e se tenha a chance de praticar o apreendido. Além disso, o fato do entrevistado se sentir bem auxiliando nas atividades vivenciais, nos leva a crer que não é apenas em realizar o estágio, mas por estar em meio a uma área natural, protegida e bem cuidada.

Por menor que seja a influência que a RPPN causa no desenvolvimento econômico, ambos acreditam que as atividades desenvolvidas pelo empreendimento auxiliam em virtude da demanda existente, pois os turistas acabam visitando outros atrativos e localidades. Embora, muitas vezes, não haja essa visitação em atrativos do entorno, há passeios no centro da cidade e em municípios vizinhos, principalmente quando se trata dos treinamentos vivenciais, pois os grupos fazem um roteiro pré-determinado, visitando instituições de dois ou três municípios.

Em relação ao desenvolvimento econômico, o estagiário A menciona que uma família (de funcionários) depende do Ninho do Corvo para viver. Não dependem mais exclusivamente do trabalho na roça, embora as atividades de manutenção e construção de espaços físicos ainda sejam atividades braçais e pesadas.

O estagiário B acredita que para o entorno talvez não há muita contribuição econômica, mas que o fato de ser uma área de preservação ajuda a chamar a atenção para o município e quem visita a RPPN acaba divulgando Prudentópolis como um todo, ajudando indiretamente no desenvolvimento.

Finalizando a entrevista e abordando a questão da pesquisa com algo relacionado ao Ninho do Corvo, ambos têm vontade de desenvolver, mas ainda não tem ideias claras sobre o que pesquisar ou a falta de tempo por estar envolvido com outros projetos e pesquisas está impossibilitando nesse momento. A RPPN Ninho do Corvo é objeto de estudo de inúmeros pesquisadores e está aberta para estudos nas

mais diversas áreas, seja com o meio ambiente, turismo, atividades de lazer, biologia ou outros afins.

Foi entrevistada uma funcionária da Secretaria de Turismo de Prudentópolis, com o intuito de verificar se são desenvolvidas ações voltadas ao turismo no município e se a comunidade é envolvida.

Obtivemos respostas positivas para os dois questionamentos. Embora o poder público local não desenvolva ações específicas para o empreendimento estudado, até porque, como mencionado na entrevista ao proprietário, não é obrigação da prefeitura investir na propriedade particular, há o desenvolvimento de ações gerais em prol do turismo local.

Entre as ações, algumas podem ser consideradas mais significantes:

- 1 – Reestruturação do Centro de Informações Turísticas (CIT). Atende diariamente e realiza um cadastro das demandas atendidas, divulgando por meio de um informativo. Além de atender os turistas, recebe grupos de escolas e universidades, proporcionando “conhecimentos acerca dos atrativos e pontos turísticos do município”.
- 2 – I e II Caminhada Internacional na Natureza;
- 3 – Reuniões de reaproximação com empresários locais ligados ao turismo e com entidades públicas;
- 4 – Participação em eventos, levando informações do município, gastronomia e exposição de artesanato local;
- 5 – Levantamento de placas de sinalização novas e antigas;
- 6 – Realização de curso gratuito de “Agente de Informações Turísticas”, em parceria com o SENAC;
- 7 – Organização do 1º Passeio Ciclístico Rural;
- 8 – Visitas e vistoria em pontos turísticos, como o Salto Barão do Rio Branco;
- 9 – Manutenção de mirante, principais acessos turísticos, praças, portal da cidade;
- 10 – Retomada do Conselho Municipal de Turismo;
- 11 – Implantação do curso de graduação em Turismo, pela UNICENTRO.

Para os próximos anos, pretende-se desenvolver uma série de ações voltadas para o segmento, a fim de incentivar ainda mais a atividade, estruturar e envolver a comunidade, tais como:

- Criar cartilha para o estudante da rede pública e particular;

- Criar um roteiro turístico para os alunos da rede pública e particular;
- Leis de Incentivo ao Turismo;
- Conferência do Turismo;
- Criação da Fundação do Turismo;
- Reestruturação do Centro de Eventos;
- Levantamento do histórico da passagem de Santos Dumont por Prudentópolis.
- Projetos em parceria com a Secretaria de Cultura para tombamento de prédios, igrejas antigas.

Nota-se, portanto que são desenvolvidas diversas atividades pelo poder público e, na medida do possível, com suas limitações, contribui com o básico para as condições de desenvolvimento turístico do empreendimento estudado. De modo geral, o poder público tem a função de “regular e estimular o desenvolvimento do turismo de modo que beneficie a comunidade local” (KINKER, 2002, p. 80).

O CIT não possui dados precisos sobre a demanda que visita o município, visto que muitos turistas não se dirigem ao estabelecimento de atendimento, indo direto para o atrativo desejado. Mesmo assim, considerando a demanda que busca informações na Secretaria de Turismo, no CIT, por *e-mail* e telefone sabe-se que a procura é por segmentos variados, como turismo de lazer, de aventura e como segunda opção, o turismo cultural e o religioso.

A entrevistada destaca que os turistas buscam bom atendimento, qualidade, tranquilidade, lazer e segurança nos ambientes onde estão indo. Na RPPN, a segurança vem em primeiro lugar. A diversão é apenas uma consequência da atividade praticada com segurança e responsabilidade.

Em relação ao envolvimento da comunidade no desenvolvimento do turismo, reconhece-se que a cada dia a comunidade se envolve mais com as questões relacionadas ao turismo. “Depois que a Secretaria realizou a I Caminhada Internacional na Natureza, as pessoas perceberam o valor e as riquezas” que o município possui

e que realizando eventos, atraindo turistas gera um certo lucro, além da troca cultural e os laços de amizade que permanecem. A II Caminhada Internacional na Natureza que a Prefeitura realizou juntamente com a EMATER a comunidade se envolveu completamente, foi um trabalho muito lindo com um resultado satisfatório

Durante a realização do 1º Passeio Ciclístico Rural até o Salto Sete Ecoturismo e Aventura, a entrevistada relatou que houve o envolvimento direto da comunidade. Talvez uma forma de envolver a comunidade e despertar nelas o interesse pelo turismo, seja por meio de uma sensibilização “através de cartilhas com as principais explicações dos atrativos tanto naturais como culturais, fazer um trabalho com as crianças conscientizando do potencial turístico do município”.

De modo geral, o quadro 12 sintetiza os principais pontos que podem ser destacados das entrevistas com os empreendedores vizinhos, com os turistas aventureiros, com os estagiários e com a representante do poder público.

Quadro 12 – Síntese das demais contribuições e relações sociais

LOCAIS	PONTOS IMPORTANTES
EMPREENHIMENTOS VIZINHOS	<ul style="list-style-type: none"> - Proximidade influencia na demanda - Visitantes oriundos de capitais e cidades grandes - Demanda de turistas auxilia no desenvolvimento - Ter o turismo gera empregos e renda - Reconhecimento da importância da área de preservação - Área de preservação como sensibilizadora dos visitantes
TURISTAS	<ul style="list-style-type: none"> - Área de preservação como motivadora da viagem - Turismo de aventura como motivador da viagem - Busca por momentos em meio à natureza - Gastos em pontos comerciais e outros atrativos
ESTAGIÁRIOS	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecimento da importância da área preservada - Oportunidade de conhecimentos e experiências - Relação da teoria com a prática - Acreditam que o turismo desenvolvido na RPPN auxilia no desenvolvimento do entorno e do município
PODER PÚBLICO	<ul style="list-style-type: none"> - Conservação das vias de acesso - Auxílio com infraestrutura básica de apoio ao turista - Organização de eventos turísticos - Divulgação por meio impresso, digital e em eventos - Planejamento de ações a curto, médio e longo prazo - Interação com a comunidade - Perspectivas de desenvolvimento e crescimento

Fonte: Dados da entrevista com os funcionários. Org.: a autora

Diante do exposto, após a análise de todas as entrevistas e abordagens, questiona-se se a RPPN Ninho do Corvo é uma propriedade que contribui mais por meio da preservação ambiental ou se é a demanda por atividades de turismo quem contribui de forma mais significativa para o desenvolvimento local.

Conclui-se que a contribuição ambiental proporcionada é mínima, como enfatiza o proprietário, pois a área preservada é muito pequena e as ações humanas do entorno, através de queimadas, desmatamento, plantio de grandes áreas e pecuária, acabando neutralizando as possíveis contribuições ambientais da RPPN. É

evidente que para a área estudada, o perímetro da RPPN Ninho do Corvo e seus 25 hectares, o fato de ser uma área de preservação foi e continua sendo benéfico, pois proporcionou o ressurgimento de nascentes de água, da floresta nativa e de espécies animais que estavam ameaçadas em virtude do cultivo que existia antes.

Por outro lado, por meio da atividade turística há a geração de emprego, de renda extra para algumas famílias e contribui para o incremento de outras propriedades e empreendimentos que compõe a infraestrutura de atendimento ao turista, tais como hotéis e restaurantes. Portanto, pode-se dizer que há contribuição para o desenvolvimento econômico local e municipal.

Por menor que seja, existe o desenvolvimento social relacionado à RPPN Ninho do Corvo. Várias pessoas tiveram mudanças em suas vidas em virtude de estarem inseridas no empreendimento. Por meio de oportunidades de realização de cursos, de conhecimentos de novas realidades, pessoas e atividades, por estarem em contato com atividades sustentáveis e um local de preservação, que ensina a cuidar da natureza da forma correta, preservando os bens naturais, as pessoas envolvidas acabam adquirindo novas visões e posicionamentos acerca do meio ambiente, das relações com as pessoas e encontram oportunidades únicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo caracterizar o empreendimento turístico Ninho do Corvo e suas ações para o desenvolvimento local. Trata-se de uma propriedade particular localizada em Prudentópolis/PR, adquirida em 2002, que teve 8 de seus 25 hectares transformados em área de preservação, por meio de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural, pertencendo ao grupo de Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

Por conta própria, o proprietário construiu toda a infraestrutura existente e ao longo dos anos foi adequando a propriedade para receber o visitante, registrando a abertura da RPPN, contratando funcionários, oferecendo cursos de capacitação e fazendo pacotes variados para os turistas.

O processo natural de recuperação das áreas degradadas por meio das queimadas, plantio de grãos e uso contínuo do solo foi lento e trouxe diversas transformações para o ambiente, tais como o ressurgimento de espécies da flora e da fauna e nascentes d'água que haviam secado.

Através da prática das atividades de turismo, foi necessária a contratação de funcionários fixos, que permanecem diariamente no empreendimento, realizando a manutenção das trilhas, das estruturas físicas, além de auxiliarem na condução das atividades de aventura.

Além desses, conforme a demanda existente, há a contratação de *freelancers* que auxiliam principalmente na alta temporada, tanto no preparo de alimentos quanto nas atividades de aventura. Ainda, o auxílio de estagiários nos treinamentos vivenciais permite a interação com o meio ambiente estudado em sala de aula e abre novas portas e oportunidades para eles.

Para aprimorar o atendimento e os serviços prestados, os funcionários realizaram cursos de capacitação: de boas práticas na manipulação de alimentos; primeiros socorros e; condutor de atividades de aventura.

Por meio, principalmente, da aplicação de entrevistas e pesquisa bibliográfica e documental foi possível identificar as atividades desenvolvidas na RPPN Ninho do Corvo, que consistem em atividades de turismo de aventura, com a oferta de tirolesa, corvolesa e rapelesa, além de cerca de 2 mil metros de trilhas.

O empreendimento tem estrutura completa para atendimento ao turista, com 2 chalés para hospedagem, alimentação, além de atender grupos para realizar

treinamentos vivenciais e corporativos, fazer expedições para países da América do Sul e região sul do Brasil e oferece passeios ciclísticos em percursos no interior de Prudentópolis.

Embora em pequenas proporções, entende-se que o empreendimento turístico Ninho do Corvo auxilia com o desenvolvimento econômico e social do entorno. Há a geração de renda direta para os funcionários fixos e, esporadicamente para os *freelancers*, o comércio local tem a oportunidade de atender os turistas que visitam a RPPN, seja por meio de hospedagem nos hotéis e pousadas do centro, dos outros empreendimentos turísticos vizinhos, além de haver a ligação entre atrativos, sendo que turistas que visitam o empreendimento estudado, sempre que possível acabam visitando outras propriedades vizinhas e no município.

Constata-se certa colaboração com o desenvolvimento social, frisando que falamos das pessoas entrevistadas nessa pesquisa e que não podemos generalizar esses resultados. Tratam-se de funcionários e colaboradores sem experiência prévia e que foram ensinados e treinados com o passar do tempo. Dessa forma, fica evidente a valorização social dada aos moradores do entorno.

Através dos cursos de capacitação e do contato com novas realidades, conhecimentos e experiências, os funcionários tiveram modificações em suas rotinas, desenvolvendo novas habilidades e a sensibilização ambiental, disseminando a sustentabilidade em suas famílias e dia a dia.

Conclui-se, portanto, que o empreendimento turístico RPPN Ninho do Corvo, contribui, dentro de suas limitações, para o desenvolvimento ambiental, através da instalação de uma área de preservação, pois além de permitir a restituição das diversas espécies da fauna e da flora da região, proporcionou o ressurgimento de nascentes d'água, melhora a qualidade do ar na propriedade, evitou a erosão e a degradação do solo causados pelo uso com a lavoura, pecuária e a prática de queimadas.

Embora não haja cursos específicos sobre educação ambiental, nota-se que há uma sensibilização por parte dos funcionários e turistas, que entendem a importância da área de preservação e de ter atitudes condizentes com o cuidado em relação ao meio ambiente. Percebe-se fragilidades que podem ser trabalhadas junto à comunidade, buscando envolver os moradores e escolares em visitas guiadas, projetando o cuidado com os recursos naturais, de forma sustentável e consciente.

Vale ressaltar que a área em questão é uma Reserva Particular do Patrimônio Natural e não há outra no município, portanto, serve de exemplo e modelo para que novas propriedades sejam transformadas, visando a preservação do meio ambiente, aliando com a atividade turística.

A presença da RPPN, e o conseqüente desenvolvimento das atividades de turismo contribuem para o incremento econômico do entorno onde está inserido, visto que gera empregos, renda, contribui para o desenvolvimento dos empreendimentos turísticos vizinhos e do município, através das visitas que os turistas aventureiros fazem em outros atrativos, em hotéis, restaurantes e lojas da cidade e da região.

Por fim, auxilia no desenvolvimento social, proporcionando modificações na rotina dos seus colaboradores, oferecendo oportunidades de realizar cursos de capacitação, de conhecer atividades não agrícolas desenvolvidas dentro de sua comunidade, além de, através das atividades e vivências, conhecer novas pessoas, hábitos e costumes de diversas regiões do estado e do país.

Espera-se que essa pesquisa sirva de subsídio para o desenvolvimento de novos estudos na área do turismo, de forma que hajam melhorias tanto no planejamento como na execução das atividades turísticas do município e região. De forma similar, almeja-se que o poder público e o empresariado local, se unam para desenvolver políticas públicas e projetos, podendo utilizar os resultados desta como base para desenvolver ações que visem melhorias tanto para a comunidade local como para os empreendimentos turísticos.

Dessa forma, promoveriam as belezas culturais, as tradições, e principalmente os atrativos e recursos naturais existentes no município criando possibilidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

REFERÊNCIAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 15501**: Turismo de aventura – técnicas verticais – requisitos para produto. ABNT: Rio de Janeiro, 2011.

AMBIENTE BRASIL. **Ambiente Ecoturismo**. Disponível em: < http://ambientes.ambientebrasil.com.br/ecoturismo/artigos/trilhas_-_ecoturismo.html>. Acesso em 08 de outubro de 2016.

ARMBRUST, Igor; SILVA, Sheila Ap. P. dos Santos. Pluralidade cultural: Os esportes radicais na Educação Física Escolar. **Ensaio**. Porto Alegre, v. 18, n. 01, p. 281 – 300, jan/mar de 2012.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Prudentópolis, PR**. Disponível em: < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/prudentopolis_pr>. Acesso em 28 de fevereiro de 2015.

BANDUCCI JR, Álvaro; BARRETO, Margarita (orgs.). **Turismo e identidade local**: uma visão antropológica. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis G.; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BAUMAN, Zigmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BETRÁN, Javier Oliveira. Rumo a um novo conceito de ócio ativo e turismo na Espanha: as atividades físicas de aventura na natureza. In: MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. **Turismo, lazer e natureza**. Barueri, SP: Manole, 2003, p. 157 – 202.

BRASIL. Decreto nº 1.922, de 05 de junho. Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 de jun. 1996.

_____. Lei 9.985, de 18 de julho 2000. Regulamenta a art. 255, § 1º, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 de jul. 2000.

_____. **Regulamentação, normalização e certificação em turismo de aventura**: relatório diagnóstico. Brasília, 2005.

_____. **Turismo cultural**: diretrizes para o desenvolvimento. Ministério do Turismo: Brasília, 2007.

_____. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 17 de set. 2008.

_____. **Turismo de aventura**: orientações básicas. 3 ed. Brasília, 2010.

BURBANO, Arizaldo Carvajal. Apuntes sobre desarrollo comunitário. Universidade de Málaga, Espanha: Eumed, 2011.

CASASOLA, Luis. **Turismo e ambiente**. São Paulo: Roca, 2003.

CEBALLOS-LASCURÁIN, Hector. Introdução: o ecoturismo como um fenômeno mundial. In: LINDBERG, K. HAWKINS, D. E. **Ecoturismo**: uma guia para planejamento e gestão. 3 ed. São Paulo, Editora SENAC, 2001, p. 23 – 29.

CNRPPN – Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural. **Versão 16.0 da planilha de levantamento colaborativo das RPPN**. Brasília, 2016.

CONTI, José Bueno. A natureza nos caminhos do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e ambiente**: reflexões e propostas. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes T. (org.) **Turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: FUNECE, 2003.

COSTA, Patricia Côrtes. **Ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

COSTA SILVA, D. M.; XAVIER, M. G. P.; LINS, S. L. B. O turismo e sua influência no comércio, comunidade e desenvolvimento local do Sítio Histórico de Olinda. **Documentos Técnicos científicos**. Vol. 44, nº 01, janeiro a março, p. 59-72, 2013.

CROSBY, Arturo.; MONEDA, Adela. Desarrollo y gestion del turismo en áreas rurales y naturales. Madrid: Centro Europeo de Formación Ambiental e Turística (CEFAT), 1996.

CRUZ, Rita de Cassia A. Turismo, produccion del espacio y desarrollo desigual: para pensar la realidade brasileira. **Aportes y Transferencias**. Vol. 12, n.2, 2008, 25-45.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIEGUES, Antonio Carlos. **As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais**. In: SERRANO, C. M. T.; BRUHNS, H. T. Campinas, SP: Papyrus, 1997, p. 85 – 102.

EMBAIXADA DA UCRÂNIA NO BRASIL. **Prudentópolis, a pequena Ucrânia**. Disponível em: < <http://brazil.mfa.gov.ua/pt/press-center/news/44615-prudentopolis-shtat-paran-brazilija-ce-mala-ukrajina>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2016.

EMBRAPA. **Alternativas ao uso do fogo na agricultura e as etapas para planejamento de uma queimada controlada**. 2015. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2471085/alternativas-ao-uso-do-fogo-na-agricultura-e-as-etapas-para-planejamento-de-uma-queimada-controlada>>. Acesso em 30 de maio, 2016.

EMBRATUR. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994.

FENNELL, David A. **Ecoturismo: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002.

FREITAS, Henrique; *et al.* O método de pesquisa survey. **Revista de Administração**. São Paulo. Vol.13, nº 3, p. 105-112. Jul/set, 2000.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia de pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Mariana Elias. Reflexões acerca da relação entre turismo e cultura. **Revista Espaço Acadêmico**. Nº 73, ano VII, junho, 2007.

GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

_____. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção de informação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GREGORIO, Terry T. Aproximación al concepto de comunidad como una respuesta a los problemas del desarrollo rural en el América Latina. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**. Outubro, 2012.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 6ª ed. Paz e Terra: São Paulo, 1970.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ - IAP. **Roteiro para planejamento de RPPNs no Estado do Paraná**. Projeto Paraná Biodiversidade, 2009.

_____. **Dados sobre RPPN no Estado do Paraná**. 2014. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1232>>. Acesso em 14 de março de 2016.

_____. **Conceitos gerais sobre comunidades estabelecidas**. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=626>. Acesso em 06 de abril de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **IBGE cidades**. 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=412060>. Acesso em 24 de fevereiro de 2015.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. A leviana territorialidade dos esportes de aventura. In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloisa T. (orgs). **Turismo, lazer e natureza**. Barueri, SP: Manole, 2003.

LABORATÓRIO DE MANEJO FLORESTAL. **Floresta ombrófila mista**. Disponível em: <http://sites.unicentro.br/wp/manejoflorestal/floresta-ombrofila-mista/floresta-ombrofila-mista/>. Acesso em 20 de fevereiro de 2015.

LIMA, Maria Lúcia Costa. (Eco) turismo em Unidades de Conservação. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org). **Ecoturismo no Brasil**: possibilidades e limites. São Paulo: Contexto, 2003.

MARCON, Elza Maria Guerreiro. O turismo como agente de desenvolvimento social e a comunidade Guarani nas “Ruínas Jesuíticas de São Miguel das Missões”. **Pasos**. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. Vol. 5, n. 3, p. 343-352, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloisa Turini. **Turismo, lazer e natureza**. Barueri, SP: Manole, 2003.

_____ **Viagens, lazer e esporte**: o espaço da natureza. Barueri, SP: Manole, 2006.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Ed. Atlas. 1994.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento**. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. Roteiro metodológico para elaboração do plano de manejo para reservas particulares do patrimônio natural. Brasília: IBAMA, 2004.

MOLINA, Sergio. **Turismo e ecologia**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MONTERO, Maritza. **Introducción a la psicología comunitária**: desarrollo, conceptos y procesos. Buenos Aires: Editora Paidós, 2004. Cap. 7.

NEIMAN, Zysman; MENDONÇA, Rita. **Ecoturismo no Brasil**. Barueri, São Paulo: Manole, 2005.

OLIVEIRA, Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. Revista da FAE. Curitiba, v. 5, n. 2, p.37-48. Maio/ago. 2002.

PARANÁ. Secretaria do Esporte e do Turismo. **Prudentópolis**. Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=67>>. Acesso em 04 de setembro de 2016.

PELLIN, Angela; RANIERI, Victor Eduardo Lima. Motivações para o estabelecimento de RPPNs e análise dos incentivos para sua criação e gestão no Mato Grosso do Sul. **Natureza e Conservação**. Vol. 7, nº 2, outubro de 2009, p. 72-81.

PEREIRA, Dimitri Wuo; ARMBRUST, Igor; RICARDO, Denis Prado. Esportes radicais de aventura e ação: conceitos, classificação e características. **Corpoconsciência**. Santo André, SP, FEFISA, v. 12, n. 1, 2008, p. 37-55.

PIMENTEL, Giuliano G. A. Lazer e natureza no turismo rural. In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloisa Turini. **Turismo, lazer e natureza**. Barueri, SP: Manole, 2003. Cap. 6.

PIMENTEL, Giuliano, G. A. Aventuras de lazer na natureza: o que buscar nelas? In: MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloisa Turini. **Viagens, lazer e esporte: o espaço da natureza**. Barueri, SP: Manole, 2006. Cap. 3.

PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensões do Ecoturismo**. São Paulo: SENAC, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS. **Inventário da oferta turística de Prudentópolis**. Prudentópolis: Secretaria Municipal de Turismo, 2015.

REJOWSKI, Mirian; COSTA, Benny Kramer (orgs). **Turismo contemporâneo: desenvolvimento, estratégia e gestão**. São Paulo: Atlas, 2003.

RPPN NINHO DO CORVO. **Plano de manejo da RPPN Ninho do Corvo**. Guarapuava, 2009.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri (orgs). **Turismo: desenvolvimento local**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. Cap. 4.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

SANT'ANNA, Denise B. **Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. Barricadas de ontem, campos de futuro. **Estudos Avançados**. São Paulo, vol. 24, ano 68, 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO - SETU. **Diretrizes para o turismo em áreas naturais no Paraná**. Curitiba, 2000. Disponível em: <<http://www.obsturpr.ufpr.br/artigos/diretrizesturismoareasnaturais.pdf>>. Acesso em 26 de agosto, 2015.

SENIUK, Talita; SKAVRONSKI, Maria Inês Antonio. Imigração ucraniana e colonização em Prudentópolis. **Ateliê de História**. UEPG, vol. 2, nº 1, p. 81 - 91. 2014.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. **Boletim de Inteligência**. 2015.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO PARANÁ - MINEROPAR. **Atlas geomorfológico do Paraná**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

SINGER, Paul. **É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres?**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2004.

SOIFER, Jack. **Empreender turismo e ecoturismo**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

SOUZA, Marcelo J. L. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? Em: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (orgs). **Turismo: desenvolvimento local**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. Cap. 1.

SCÓTOLO, Denise; PANOSSO NETO, Alexandre. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. **Revista de Cultura e Turismo**. Ano 09, nº 01, fev.2015. p. 36-59.

SWARBROOKE, Jhon. **Turismo sustentável: meio ambiente e economia**. Aleph: São Paulo, 2000, v. 2.

UNESCO. **La Carta de Belgrado: un marco general para la educación ambiental**. Iugoslávia, 1975.

VIANA, Fernanda Cauper; NASCIMENTO, Marcos Antonio Leite. O turismo de natureza como atrativo turístico do município de Portalegre, Rio Grande do Norte. Campinas, SeTur/SBE. **Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas**, v. 2, n. 1, 2009.

APÊNDICES



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**

Pesquisa realizada pela mestranda Vanessa Alberton, para o Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, da UNICENTRO *campus* Irati - PR.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista para o Proprietário

1. Por que criar a RPPN?
2. Por que investir na atividade turística?
3. Como foi o processo de adequação da propriedade?
4. Quais as facilidades encontradas até agora?
5. E quais as maiores dificuldades?
6. Como se dá a operacionalização da RPPN, ou seja, sua dinâmica de funcionamento para atender e comercializar os serviços e produtos?
7. Qual atividade é mais rentável hoje?
() Eventos () Atividades de aventura () Ecoturismo () Outra: _____
8. Qual o seu fluxo mensal de visitantes?
9. Você acha que a comunidade se beneficia com a preservação ambiental proporcionada pela RPPN?
() Sim () Não
Se SIM, de que maneira? _____
10. E com a presença de turistas?
() Sim () Não
Se SIM, de que maneira? _____
11. O que você levou em consideração na contratação dos guias de turismo?
() Eles terem experiência
() Morarem próximo
() Já conhecia eles de anos anteriores
() Valorização social por meio da contratação de moradores locais
12. Quais são os procedimentos de segurança adotados nas atividades de aventura?
13. Os guias realizaram cursos de capacitação ou aperfeiçoamento?
14. O que é feito em relação à educação ambiental e conscientização dentro da RPPN?
15. Os visitantes são orientados sobre ter consciência ambiental?
() Sim () Não () As vezes
16. O poder público oferece incentivo e oportunidades no desenvolvimento da atividade turística que envolve a RPPN?



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**

Pesquisa realizada pela mestranda Vanessa Alberton, para o Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, da UNICENTRO *campus* Irati - PR.

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista com os Funcionários

1. Idade: _____
2. Onde mora? _____
3. Renda atual:
 - () 01 salário
 - () 02 salários
 - () 03 salários
 - () mais de 03 salários
4. A quanto tempo trabalha na RPPN?
5. Como você se desloca até a RPPN?
6. O que mudou em sua vida depois de vir trabalhar na RPPN?
7. Está conseguindo dar melhores condições de vida para a família?
 - () Sim
 - () Não
8. Sua renda é exclusiva do trabalho na RPPN?
9. Realizou cursos de capacitação em Turismo depois que começou a trabalhar na RPPN?
10. O que você pensa sobre ter uma RPPN em sua comunidade?
11. O que você pensa sobre a prática de atividades de aventura?
12. O que mudou para vocês depois que a comunidade começou a receber turistas?



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**

Pesquisa realizada pela mestranda Vanessa Alberton, para o Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, da UNICENTRO *campus* Irati - PR.

APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista com os Empreendedores Vizinhos

1. Quando a RPPN Ninho do Corvo iniciou suas atividades, seu empreendimento já trabalhava com a atividade turística?

() Sim () Não () Estava em processo de início

2. Sabe o que é uma RPPN?

() Sim () Não

3. Acha que é importante ter uma área de preservação próxima de sua propriedade?

() Sim () Não

Por quê: _____

4. Qual é o seu fluxo mensal de visitantes?

5. De onde são os visitantes que frequentam sua propriedade?

6. Os turistas que frequentam a RPPN também visitam seu empreendimento?

7. Acredita que a demanda que a RPPN recebe ajuda a desenvolver a comunidade local?

De que maneira: _____



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**

Pesquisa realizada pela mestranda Vanessa Alberton, para o Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, da UNICENTRO *campus* Irati - PR.

APÊNDICE D – Roteiro de Entrevista com os Turistas

1. Idade: _____
2. Onde mora: _____
3. É a primeira vez que vem para a RPPN Ninho do Corvo?
4. Porque vir para o Ninho do Corvo fazer atividades de turismo?
5. Qual a motivação de sua visita?
6. Quantos dias ficará no Ninho do Corvo? E no município?
7. Tem interesse em visitar o entorno?
8. Sabe que alguns colaboradores são moradores do entorno?



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**

Pesquisa realizada pela mestranda Vanessa Alberton, para o Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, da UNICENTRO *campus* Irati - PR.

APÊNDICE E – Roteiro de Entrevista com o Poder Público

1. Em que período você trabalhou na Secretaria de Turismo de Prudentópolis?
2. Nessa época, a Secretaria de Turismo desenvolveu ações voltadas para o turismo no município?
() Sim () Não
Se SIM, quais as mais significantes? _____
3. Qual segmento do turismo é mais procurado em Prudentópolis?
4. Como a comunidade é envolvida nas ações de turismo?



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**

Pesquisa realizada pela mestranda Vanessa Alberton, para o Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, da UNICENTRO *campus* Irati - PR.

APÊNDICE F – Roteiro de Entrevista com os Estagiários

1. A quanto tempo faz estágio na RPPN?
2. Em que setor é o estágio?
3. Como foi a escolha e o porquê?
4. Seu estágio tem relação com quais disciplinas da graduação?
5. Tem remuneração?
6. Com que frequência realiza o estágio? Quantas vezes já participou?
7. Para você, o que é uma RPPN?
8. Acredita que as atividades desenvolvidas na RPPN ajudam a desenvolver o entorno? Como?
9. Em relação à pesquisa, pretende desenvolver alguma ligada à RPPN?



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE – UNICENTRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESP
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - COMEP**

APÊNDICE G - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Colaborador (a),

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “O desenvolvimento local a partir da inserção da atividade turística em unidades de conservação: estudo de caso RPPN Ninho do Corvo, Prudentópolis - PR”, sob a responsabilidade da mestrandia Vanessa Alberton, que irá investigar o empreendimento turístico Ninho do Corvo e suas ações para o desenvolvimento local. Justifica-se essa pesquisa dada a importância das atividades de turismo serem realizadas em unidades de conservação e a relação desses com a comunidade local.

1. PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA: Ao participar desta pesquisa você estará contribuindo para o levantamento de dados e informações que permitirão alcançar um resultado, visto que sem a participação da comunidade envolvida não seria possível verificar a real situação do objeto estudado. Para tanto, você apenas precisará responder algumas perguntas, em forma de entrevista semiestruturada. Suas respostas serão transcritas para o Microsoft Word e depois analisadas pela pesquisadora, de forma a serem extraídas as informações que couberem na pesquisa.

Lembramos que a sua participação é voluntária. Você tem a liberdade de não querer participar, e pode desistir, em qualquer momento, mesmo após ter iniciado a entrevista, sem nenhum prejuízo para você.

2. RISCOS E DESCONFORTOS: O procedimento utilizado consiste em perguntas diretas e poderá trazer algum desconforto, como constrangimento em responder a renda atual.

3. BENEFÍCIOS: Os benefícios esperados com o estudo são no sentido de verificar de que maneira a presença de visitantes na RPPN Ninho do Corvo contribui para o desenvolvimento da comunidade local. Com o encaminhamento dessa pesquisa para os órgãos competentes, espera-se que ela seja utilizada como base para novas pesquisas e para desenvolver ações em prol da comunidade envolvida.

4. CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações que o (a) Sr.(a) nos fornecer serão utilizadas somente para esta pesquisa. Seus dados pessoais e respostas da entrevista ficarão em segredo e o seu nome não aparecerá em lugar nenhum da entrevista, da transcrição dos dados e nem quando os resultados forem apresentados.

5. ESCLARECIMENTOS: Se tiver alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar a qualquer momento o pesquisador responsável.

Nome do pesquisador responsável: Vanessa Alberton
Endereço: PR 153, km 07 - Riozinho - CEP 84500-000 - Irati (PR)
Telefone para contato: (42) 3421-3114
Horário de atendimento:

Comitê de Ética em Pesquisa da UNICENTRO – COMEP
Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Campus CEDETEG
Endereço: Rua Simeão Camargo Varela de Sá, 03 – Vila Carli
CEP: 85040-080 – Guarapuava – PR
Bloco de Departamentos da Área da Saúde
Telefone: (42) 3629-8177

6. RESSARCIMENTO DAS DESPESAS: Caso o (a) Sr. (a) aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira.

7. CONCORDÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO: Se o (a) Sr.(a) estiver de acordo em participar deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido que se segue, e receberá uma cópia deste Termo.

CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr.(a) _____, portador(a) da cédula de identidade _____, declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa. E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Irati, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do participante

Ou Representante legal

Assinatura do Pesquisador